



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

EVELYN RALYNE FREIRE FONSECA

**A PRESENÇA ONÍRICA DA ESCRITA EM *CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE* DE
BUCHI EMECHETA**

**São Cristóvão
2025**



Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

EVELYN RALYNE FREIRE FONSECA

A PRESENÇA ONÍRICA DA ESCRITA EM *CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE* DE
BUCHI EMECHETA

Trabalho de qualificação apresentado ao
Programa em Pós-Graduação em Letras, da
Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Linha de Pesquisa: Criação Literária
Orientador: Prof. Dr. Fernando de Mendonça.

São Cristóvão
2025

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

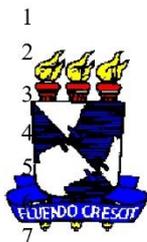
F676p Fonseca, Evelyn Ralyne Freire
A presença onírica da escrita em cidadã de segunda classe de Buchi Emecheta / Evelyn Ralyne Freite Fonseca. – São Cristóvão, 2025.
83 f. ; color.

Orientador: Fernando de Mendonça.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Letras, Mestrado em Letras, 2025.

1. Literatura Nigeriana. 2. Buchi Emecheta .3. Romance Autoficcional I. Mendonça, Fernando de, orientador. II. Título.

CDU 821.111(669)-
3.09:316.347.5
CDD 828.996

Ficha elaborada pela bibliotecária Shirley dos Santos Ferreira (CRB-5/001862/0).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO E DOUTORADO EM LETRAS



Ata de Exame de defesa da Dissertação de Mestrado apresentada por **EVELYN RALYNE FREIRE FONSECA** em 18 de fevereiro de 2025.

1 No decimo oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às
2 catorze horas, reuniu-se no LABIL (Dep. Letras Libras) da Universidade Federal de
3 Sergipe, a comissão para o Exame de defesa de dissertação de mestrado intitulada **A**
4 **PRESENÇA ONÍRICA DA ESCRITA EM CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE DE**
5 **BUCHI EMECHETA** composta por Fernando de Mendonca Presidente e Orientador,
6 Carlos Magno Santos Gomes da Universidade Federal de Sergipe e Émile Cardoso
7 Andrade da Universidade Estadual de Goiás. O presidente da comissão examinadora
8 deu início ao exame de defesa, facultando à candidata a exposição oral em até vinte
9 minutos. Em seguida, passou a palavra a cada examinador, por igual tempo, para
10 arguição do trabalho. Terminada a arguição, a comissão examinadora se reuniu em
11 particular para proceder à avaliação final. Retornando à sala, o presidente da
12 comissão examinadora anunciou a **APROVAÇÃO** do trabalho de **EVELYN RALYNE**
13 **FREIRE FONSECA** na atividade EXAME DE DEFESA do Programa de Pós-
14 Graduação em Letras. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e
15 lavrou a presente ata, aprovada e assinada pela comissão.

16

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO DE MENDONCA**
Data: 21/02/2025 13:04:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

17

Prof.Dr. Fernando de Mendonca
Universidade Federal de Sergipe
Presidente da comissão examinadora

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

8

9

10

11

12

13

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS MAGNO SANTOS GOMES**
Data: 26/02/2025 11:28:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.Dr.Carlos Magno Santos Gomes
Universidade Federal de Sergipe
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
 **EMILE CARDOSO ANDRADE**
Data: 27/02/2025 12:49:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª.Drª. Émile Cardoso Andrade
Universidade Estadual de Goiás
Examinadora Externa à Instituição

Dedico, com todo o meu carinho, este trabalho às minhas avós, Josefa e Miraldina, por serem minhas ancestrais vivas, meu acesso direto à memória e aos caminhos que me antecederam.

Agradecimentos

Meu primeiro agradecimento é dedicado ao meu orientador, Professor Doutor Fernando de Mendonça, que sempre me acolheu e nunca me subestimou, desde a iniciação científica até este momento. Os dois anos como mestranda foram alguns dos mais felizes da minha trajetória acadêmica, e grande parte disso se deve à sua orientação atenta e generosa. Muitos percalços surgiram ao longo da escrita deste texto, mas, em cada um deles, pude contar com sua sensibilidade e compreensão.

Estendo minha gratidão à Universidade Federal de Sergipe (UFS), minha segunda casa ao longo desses seis anos que abarcam da graduação à pós-graduação, à Capes, por apoiar financeiramente esta pesquisa, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (PPGL) e a todos os professores que contribuíram para essa caminhada.

Tenho imensa gratidão à minha família, que sempre acreditou em mim, por isso eu tenho tantos sonhos. Gosto de lembrar que minha mãe me ensinou a ler, a fazer letras cursivas e a gostar de escrever; meu pai me apresentou à literatura, sempre leu mais livros do que eu podia prever e me contava histórias quando eu estava triste. Para eles, até hoje, não há nada que eu não possa fazer. Obrigada por constantemente embarcarem nos meus sonhos.

Dedico um agradecimento especial à rede de apoio que escolhi para partilhar as levezas e os desassossegos da escrita ao longo desses anos. Ao meu companheiro, Johnes, que diariamente me oferece colo, escuta e suporte, sendo um dos maiores entusiastas das minhas ideias neste mundo. Às amigas que a Literatura me trouxe: Beatriz e Ana Rita, grandes incentivadoras do meu ingresso no mestrado; sem elas, eu teria demorado muito mais para perceber que este era o meu lugar. Às minhas irmãs do coração: Manuela, Danielly e Isla, que sempre encontram palavras bonitas para falar sobre mim e me acolhem quando eu mesma esqueço de me acolher.

À minha irmã e às minhas avós: em tudo o que faço há vocês em meu coração.

Por fim, percebo que se consigo manter minha cabeça fora d'água, é porque me sinto verdadeiramente amada e cuidada por aqueles que amo. Se tenho autoconfiança e se consigo celebrar as minhas vitórias, essas coisas acontecem porque sou amada. Gratidão.

“A família é como a floresta. Se você estiver do lado de fora, ela é fechada; se estiver dentro, verá que cada árvore tem sua própria posição.”

Provérbio Akan

RESUMO

O cerne desta pesquisa objetiva refletir sobre a escrita como elemento onírico e instrumento transformador, bem como depreender as estratégias apresentadas por Buchi Emecheta para a reprodução crítica de reflexividade e espelhamento na obra *Cidadã de Segunda Classe* (2018). Na narrativa, Adah Obi, duplicação ficcional com traços biográficos de sua autora, busca entre a Nigéria e a Inglaterra a possibilidade de ascensão social e conquista de direitos no mundo pós-colonial, motivada pelo sonho do progresso imperialista nas regiões orientais. Nessa perspectiva, frente às múltiplas violências da experiência migracional, fomentadas pelas políticas anti-migratórias vigentes no Reino Unido na década de 1960, a protagonista emula na manifestação da escrita uma *Presença* personificada, que tece o reencontro com seus vínculos ancestrais e identitários, oportunizando processos decisivos para a subversão de marcadores sociais, como os debates que envolvem raça, gênero, migração e classe. Assim, movida pelo desejo de se tornar escritora, Adah se descobre capaz de lutar contra o sistema de dominação masculina e buscar a sua emancipação. Em síntese, as discussões aqui presentes se articulam em uma abordagem teórico-metodológica pós-colonial, possível a partir de referenciais como Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), Opoku (2010), Edward Said (2011), Thomas Bonnici (2012), Stuart Hall (2005), Bibi Bakare-Yusuf (2003), Doubrovsky (1977), Eurídice Figueiredo (2013) e outros, em diálogo com outras áreas de conhecimento, como as Ciências Sociais e a Sociologia Política.

Palavras-chave: Literatura Nigeriana. Buchi Emecheta. Romance autoficcional. Diáspora negra. Autoria feminina.

ABSTRACT

The essence of this research is to reflect on writing as an oniric element and a transformative tool, while also examining the strategies employed by Buchi Emecheta for the critical reproduction of reflexivity and mirroring in her work "Second Class Citizen" (2018). In this narrative, Adah Obi— a fictional character that closely mirrors the author herself— navigates between Nigeria and England in search of social mobility and the attainment of rights in a post-colonial context. Her journey is propelled by the aspiration for imperialist progress prevalent in Eastern regions. In this light, the protagonist confronts the manifold violences inherent in the migration experience, intensified by the anti-migrant policies in effect in the United Kingdom during the 1960s. Through her writing, Adah manifests a personified Presence that reconnects her with her ancestral and identity ties, enabling critical processes that challenge entrenched social markers related to race, gender, migration, and class. Motivated by a desire to become a writer, Adah asserts her ability to resist the system of male domination and strive for her own emancipation. In conclusion, the discussions herein are framed within a post-colonial theoretical and methodological framework, drawing on the works of thinkers such as Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), Opoku (2010), Edward Said (2011), Thomas Bonnici (2012), Stuart Hall (2005), Bibi Bakare-Yusuf (2003), Doubrovsky (1977), and Eurídice Figueiredo (2013), among others, while engaging in a dialogue with diverse fields of knowledge, including Social Sciences and Political Sociology.

Keywords: Nigerian Literature. Buchi Emecheta. Autofictional novel. Black diaspora. Female authorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA: A NIGÉRIA E AS MARCAS DA COLONIZAÇÃO	15
1.1 O POVO IGBO E O IMPERIALISMO	15
1.2 A PERDA DAS MULHERES E O GANHO DOS HOMENS: SUBALTERNIZAÇÃO, PATRIARCALISMO TRIBAL E COLONIZAÇÃO NA NIGÉRIA.....	24
2. LINGUAGEM E IDENTIDADE EM <i>CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE</i>	32
2.1 A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE BUCHI EMECHETA: NO FUNDO DO POÇO À CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE	32
2.2 A ESCRITA DE UM NOVO ESPAÇO: ADAH E A DIÁSPORA.....	38
2.3 MISE EN AYME E AUTOFIÇÃO EM <i>CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE</i>	46
3. A ESCRITA COMO <i>PRESENÇA</i> NA OBRA <i>CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE</i>.....	55
3.1 A PERSONIFICAÇÃO DA <i>PRESENÇA</i>	55
3.2 O INDIZÍVEL NA ESCRITA: SONHO E DESLUMBRAMENTO.....	62
3.3 MEMÓRIA ANCESTRAL, PALAVRA VIVA	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

Mesmo com o crescimento das literaturas africanas em tradução no Brasil, Buchi Emecheta (1944 – 2017), autora de 15 romances, tem somente cinco deles traduzidos para a Língua Portuguesa¹, uma vez que sua chegada ao país se deu a partir de meados de 2017 (ano de sua morte), por meio de uma de suas obras de maior repercussão: *The Joys of Motherhood*² (1979). Desse modo, embora seja uma das primeiras escritoras conceituadas internacionalmente na Nigéria, poucos são os estudos sobre sua obra e, por consequência, sobre sua biografia.

A obra de Buchi Emecheta chegou às minhas mãos pela primeira vez em 2018, mais precisamente, por intermédio de uma querida amiga, Beatriz Linhares, também graduada em Letras. Ela havia lido *As Alegrias da Maternidade* (2017) nas semanas anteriores, após descobri-lo por meio da indicação da autora nigeriana Chimamanda Ngozi ao clube de assinaturas literárias TAG livros. Beatriz acreditou que o trabalho de linguagem, o tema e a própria autora poderiam me interessar. Essa crença foi um verdadeiro marco. Além de assinalar o meu primeiro contato com a escrita de Buchi Emecheta, também representou o momento em que comecei a desbravar os caminhos das literaturas orientais, os das literaturas africanas em especial.

Nos anos de 2019 e 2020, desenvolvemos uma pesquisa de iniciação científica, em parceria com Beatriz, a partir de uma abordagem intersemiótica, tendo como corpus de análise o romance *As Alegrias da Maternidade*, de Buchi Emecheta, e o documentário *Árvores Sem Frutos* (2016), da cineasta nigeriana Aïcha El Hadj Macky, nigerianas que questionam, nas obras em questão, a maternidade como um marcador social na Nigéria, notável atuante para a subalternização das mulheres nigerianas. Dito isto, com os pressupostos teóricos da bibliografia escolhida foi possível expandirmos a compressão quanto às teorias pós-coloniais, o que nos permitiu correlacionar as conexões estabelecidas entre raça, gênero, classe, maternidade e migração na obra emechetiana com bastante inquietação.

No percurso, a cada nova descoberta sobre a vida de Florence Onyebuchi, a *Buchi*, mais aproximações com suas personagens se tornavam possíveis. De Adah

¹ *As Alegrias da Maternidade* (2017); *Cidadã de Segunda Classe* (2018); *No fundo do poço* (2019); *Preço de Noiva* (2020); *Cabeça Fora D'Água* (2024).

² *As Alegrias da Maternidade*, em português.

Obi³ a Nnu Ego⁴, Buchi Emecheta nos parecia personificada, em maior ou menor grau, a saber: a criança; a esposa; a mãe; a estudante de Sociologia; a escritora, aproximações tão simbólicas que nos fizeram refletir sobre o processo de escrita de indivíduos não-brancos como, antes de tudo, um processo oportuno, ferramenta de ação permissiva ao acesso direto à memória, movimento capaz de recuperar o passado e tornar possível um presente de transformações. Isto porque com a crescente movimentação do espaço literário de mulheres negras, cresce também a necessidade de mais estudos que reflitam o fazer literário como uma estratégia política, crucial para a análise das tensões de raça, gênero e classe ocorridas na diáspora contemporânea, bem como os deslocamentos culturais e identitários da experiência migracional.

Há, nesta pesquisa, o intuito de aprofundar o olhar quanto aos desdobramentos da obra emechetiana, de modo a investigar o processo de escrita como elemento onírico e instrumento transformativo na obra *Second Class Citizen* (1974), traduzido como *Cidadã de Segunda Classe* (2018), cuja prática promove a autonomia e, quiçá, liberdade, assim como a intenção de compreender a escrita como uma *Presença*⁵, capaz de tecer o reencontro aos vínculos ancestrais e identitários da personagem Adah Obi.

Além disso, percebemos, na obra de Buchi Emecheta, um pendor para o misticismo. Tal configuração não se parece atípica, mas sim espontânea, ao considerarmos que a cultura igbo é repleta de mistérios, de forma que possui suas próprias manifestações, seus próprios encantados e suas próprias preces. Em *Cidadã de Segunda Classe*, a *Presença* é marcada estilisticamente em letras maiúsculas no instrumentário linguístico e se apresenta no texto como mais um dos personagens que compõem a narrativa, se materializando nos momentos em que a força pessoal de Adah é fortalecida. Desse modo, entendemos que a *Presença* se aproxima de algo místico; do mistério e da magia; do onírico e do intuitivo.

Florence Onyebuchi, comumente conhecida como Buchi Emecheta, nasceu na cidade de Lagos, localizada no sudoeste da Nigéria, no ano de 1944. Autora da diáspora, ela cresceu em uma Nigéria pós-colonização, subjugada ao império britânico, em que os atravessamentos culturais do colonialismo já dominavam o

³ Personagem de *Cidadã de Segunda Classe* (2018)

⁴ Personagem de *As Alegrias da Maternidade* (2020)

⁵ O destaque da palavra “Presença” em maiúscula faz referência à forma de uso na versão original (Presence) da narrativa.

país. Imersa em opressões culturais e de gênero incumbidas pelo patriarcalismo tribal e reforçadas pelo viés colonial europeu, assim como a personagem Adah, a autora emigra para o Reino Unido – na cidade de Londres, com o fito de fugir das opressões culturais de gênero que recaem, por séculos a fio, sobre as mulheres de sua comunidade, deslocamento oportuno para o desenvolvimento de seu processo de escrita e criação literária. O legado literário de Buchi Emecheta traz narrativas comumente centradas em personagens femininas e calcadas em experiências pessoais, como mulher, negra e pobre. Suas obras perpassam temáticas como a conscientização da produção literária e identidade; os desdobramentos da maternidade para a mulher nigeriana; a mulher africana e a educação; a imigração e o colonialismo; e, principalmente, a desigualdade de gênero.

Na década de 1950, com o romance *O mundo se despedaça* (1958), o romancista Chinua Achebe se tornou o responsável pelo pontapé das produções literárias pós-coloniais africanas, a partir da narração de violências imbricadas ao processo de colonização da Nigéria e dos desdobramentos dessa agenda colonial, regime capitalista europeu de precarização da mão de obra do povo nigeriano, que os despoja da dignidade a partir da descaracterização física e social. Algumas décadas depois, no contexto da literatura nigeriana de 1970, Buchi Emecheta, influenciada por autores como Chinua e Flora Nwapa⁶, seus ascendentes, também constrói perspectivas a partir da ótica do povo igbo nas experiências literárias – em especial sob a ótica das mulheres igbos, observando o lugar da escrita como um meio possível para narrar as opressões culturais do país de origem, como o patriarcalismo tribal, as violências coloniais imbricadas à experiência da imigração e a lacuna histórica de representatividade das escritoras nigerianas. Para Maria Lugones (2014), quando consideramos as categorias dominantes, vemos que estas não estão articuladas de maneira que incluam mulheres, negros e pobres. Nesse sentido, “a intersecção entre “mulher” e “negro” [nos] revela a ausência das mulheres negras em vez da sua presença” (Lugones, 2014, p. 924).

Sob tal prospectiva, em contextos diaspóricos, compreendemos que diante do racismo e da xenofobia social, intensificados pelas políticas anti-imigrações e pelos dispositivos necropolíticos (Mbembe, 2016), a escrita se delineia como um dispositivo político e emancipatório, uma ferramenta expressiva para dar vazão às

⁶ Principais precursores da Literatura Nigeriana de Língua Inglesa.

narrativas de denúncia acerca das violências de raça, gênero e classe sofridas por seres silenciados pelas circunstâncias.

Em *Cidadã de Segunda Classe*, Buchi Emecheta, por meio de uma autorrepresentação, pôde narrar, a partir das experiências vividas pela personagem Adah Obi, a forma como a perpetuação de costumes e tradições reforçam as posições de submissão feminina na Nigéria: ser filha, esposa e mãe, atividades que limitam a ocupação de espaços sociais e sustentam no ideal de migração de Adah um caminho para a ascensão social e conquista de direitos no mundo pós-colonial.

Dito isto, embora sua primeira publicação tenha ocorrido no ano de 1974, a centralidade dos debates dispostos na obra demarca aproximações com a contemporaneidade, de modo a elencar questões as quais suscitam discussões que nos remetem a temáticas amplamente discutidas, como o racismo, a xenofobia social e a paridade entre os gêneros.

Figura 1⁷ - Cidadã de Segunda Classe

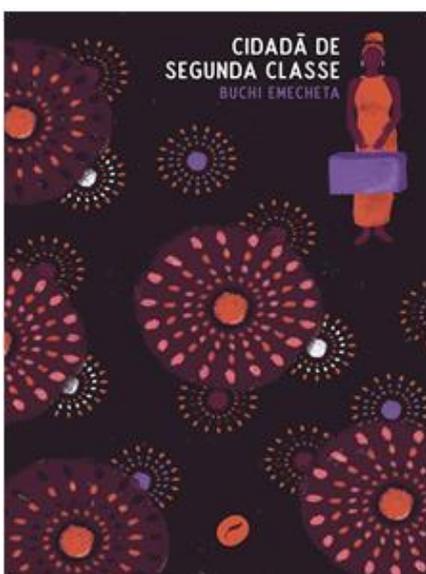
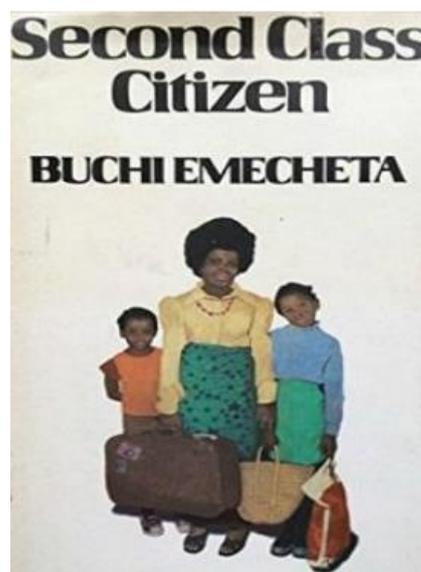


Figura 2⁸ - Second Class Citizen



Em uma cronologia narrativa, a trajetória literária de Buchi Emecheta se inicia a partir de autorrepresentações, ao considerarmos que o seu primeiro livro publicado, *In the Ditch*⁹, de 1972, também possui um teor autobiográfico, com fatos narrados a partir da experiência da personagem Adah em uma jornada solitária no

⁷ Publicação de 2018.

⁸ Publicação de 1974.

⁹ Em português, *No Fundo do Poço*.

Reino Unido, sendo mãe solo de 4 filhos, assalariada, imigrante e estudante de Sociologia.

O romance em questão traz continuidade ao enredo de *Second Class Citizen* (1974), ainda que tenha sido publicado dois anos antes. Nesse sentido, o percurso literário de Buchi Emecheta traz destaque para os romances *Second class citizen*¹⁰ (1974), *The Bride Price* (1976), *The Slave Girl* (1977) e *The Joys of Motherhood* (1979). Dentre as obras, *Second Class Citizen* (2018); *In the Ditch* (1972); e *Head Above Water* (1986) são os romances que mais aproximam a realidade das personagens com a realidade vivida pela autora. A obra *Head Above Water*, em especial, traduzida no Brasil como "*Cabeça Fora d'Água*" (2024), é classificada como uma autobiografia, a última tradução da autora a chegar ao mercado brasileiro.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento desta dissertação é traçada com base na análise crítica do romance *Cidadã de Segunda Classe*, sendo fundamentada a partir de fontes bibliográficas que dialogam com as questões centrais aqui abordadas: o lugar da escrita como um espaço onírico, personificado e transformativo, assim como o impacto das narrativas de mulheres não-brancas para a literatura e criação literária. Este estudo parte de uma abordagem teórico-metodológica, que se articula em pressupostos teóricos pós-coloniais para pensar a literatura como uma estratégia também política e refletir o fazer literário emechetiano.

Quanto ao seu caráter estrutural, a escrita desta dissertação está apoiada em três seções: "*O perigo de uma história única: a Nigéria e as marcas da colonização*", que possui um caráter histórico em que remontamos o processo de colonização da Nigéria pré-colonial pela Grã-Bretanha, além de estabelecermos relações entre o contexto de colonização e a subalternização das mulheres na Nigéria pós-colonial; "*Linguagem e identidade em Cidadã de Segunda Classe*", na qual discorreremos sobre a trajetória intelectual de Buchi Emecheta e analisamos as aproximações entre o real e o ficcional, fundamentadas nos diálogos entre a autoficção e a *mise en abyme*; "*A escrita como Presença na obra Cidadã de Segunda Classe (2018)*", em que refletimos a *Presença* onírica, ancestral e personificada da escrita e das manifestações literárias na obra *Cidadã de Segunda Classe*.

Para compreendemos criticamente o processo de colonização da Nigéria pré-

¹⁰ O romance *Cidadã de Segunda Classe* em sua edição original.

colonial pela Grã-Bretanha e o alastramento da agenda colonial, nos baseamos em estudos historiográficos da modernidade de historiadores africanos como Joseph Ki-Zerbo (2006), Opoku (2010), Herbert Ekwe (2006), Falola e Heaton (2008). Frente aos estudos de Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), Molara Ogundipe-Leslie (1985) e Bibi Bakare-Yusuf (2003), buscamos assimilar nesta pesquisa a associação entre o gênero como um marcador cultural e a identidade da mulher nigeriana diante do patriarcalismo tribal e das interferências coloniais. Além disso, para pensar, especificamente, a literatura como espaço transformativo e produtora de sociedade, nos debruçamos sobre os estudos de Edward Said (2011), Thomas Bonnici (2012) e Valentin-Yves Mudimbe (2013), que trazem a perspectiva de uma literatura de ação, com a reivindicação de narrativas múltiplas e plurais no espaço literário.

Diante dos estudos de Doubrovsky (1977) e Eurídice Figueiredo (2013), quanto à criação de um duplo de si através da autoficção; dos estudos de Todorov (1969), Gide (1893) e Lucien Dällenbach (1979), sobre as estruturas narrativas e o fenômeno de espelhamento de textos *en abyme*, depreendemos as estratégias apresentadas por Buchi Emecheta na obra *Cidadã de Segunda Classe* para a reprodução crítica de reflexividade e espelhamento. Para refletirmos acerca dos desdobramentos trazidos pela migração na vida das mulheres nigerianas, estabelecemos um diálogo com outras áreas de conhecimento, como as Ciências Sociais e a Sociologia Política, e estudiosos como Stuart Hall (2005), Zilá Bernd (1987), Roland Walter (2011) e Achille Mbembe (2018) contribuem para que tais relações possam ser estabelecidas. A fim de correlacionar o onírico, a *Presença* e a escrita, recorreremos aos estudos de Antonio Candido (1970), Pepetela (1997), Henry Garuba (2012), Maurice Blanchot (2011) e Rainer Rilke (2009), partindo da compreensão de que a *Presença* se integra à narrativa como um de seus personagens, estreitamente ligada tanto ao sonho quanto ao deslumbramento.

Em síntese, todo esse aparato teórico está alicerçado, também, em obras literárias não somente emechetianas, mas que se conectam diretamente com a vida, a obra e a ancestralidade de Buchi Emecheta, na tentativa de que a literatura seja a *Presença* mais valiosa desta pesquisa.

1. O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA: A NIGÉRIA E AS MARCAS DA COLONIZAÇÃO

1.1 O POVO IGBO E O IMPERIALISMO

Em 1986, Buchi Emecheta publicou a sua primeira autobiografia, *Head About Water*¹¹, traduzida no Brasil como *Cabeça Fora d'Água* (2024). Na obra, Buchi diz que contar histórias é a sua missão. Mas mais do que apenas contar histórias: contar ao mundo a parte nigeriana das histórias, principalmente aquelas contadas por meio das vozes das mulheres da Nigéria. Décadas depois, “*O Perigo de uma História Única*” é como está intitulada a primeira palestra articulada pela nigeriana Chimamanda Ngozi no *TED Talk*¹², em 2009. Considerado um dos vídeos mais assistidos da plataforma, o discurso de Chimamanda circulou a nível global, sendo posteriormente adaptado para o formato de livro. Em suas palavras, as proferidas e escritas, a autora sinaliza os perigos de uma história que se anuncia sob uma única perspectiva, destacando os estereótipos e estigmas socioculturais que há séculos envolvem o continente africano, consequências da colonização e da limitação da compreensão do Ocidente sobre tudo o que não se alinha aos interesses do colonizador.

A história da África, berço da humanidade, do surgimento do *Homo Sapiens* ao povo egípcio está marcada por deslocamentos e fusões culturais. A partir do crescimento de culturas migratórias, descenderam-se os mais diversos povos e organizações sociais, culturais e políticas. No período pré-colonial, variadas etnias coexistiam no território atualmente conhecido como a Nigéria, dentre elas os povos Hausa-Fulani¹³ (ao Norte); Igbo e Iorubá (ao Sul). O povo igbo, especificamente, originou-se no sudeste da Nigéria, “ao norte do delta do Níger e ao sul do Benué, numa larga faixa que vai do sudoeste do Níger até as águas do rio Cross” (Achebe, 2009, p. 8).

O processo de colonização da Nigéria pré-colonial pela Grã-Bretanha teve início no século XIX e se estendeu até o século XX, o que deu início ao Estado Moderno da Nigéria, atualmente conhecido como um dos maiores exportadores

¹¹ *Cabeça fora d'água* (2024)

¹² TED Talks são palestras curtas em que compartilham ideias sobre uma variedade de temas.

¹³ Os hausa-fulani compõem o maior grupo étnico da Nigéria, com 32% da população.

globais de petróleo e de grande importância para o setor agrícola, com a produção de cacau – ao Norte – e de algodão – ao Sul –, por exemplo. Estudos historiográficos da modernidade afirmam que antes das interferências ocidentais, no século XIX, havia soberania política e cultural entre os povos africanos; sistemas de governos independentes se estabeleciam, além da presença de diferentes cosmovisões. Joseph Ki-Zerbo (2006), historiador africano, descreve os infortúnios trazidos pela organização política ocidental prescrita:

O Estado africano tradicional era uma instância de gestão do bem comum e das decisões tomadas em nome de toda a cidade, de todo o reino. Foi destruído, esmagado pela colonização e, no melhor dos casos, substituído por novas formas de regimes democráticos, aos quais os africanos não estavam habituados e nos quais não podiam reconhecer-se nem moldar-se, como acontece nos países europeus (Ki-Zerbo, 2006, p. 64-65).

Frente às intervenções coloniais em África, parte da pluralidade cultural da Nigéria foi subtraída, os seus povos reduzidos a “selvagens” e, portanto, desumanizados, vistos como atrasados diante de infindas inovações tecnológicas e conhecimentos científicos dispostos pelo colonizador, consequentes da Revolução Industrial europeia. A salvação do povo nativo, logo, estava na “civilidade” oportunizada pelo homem branco. De acordo com Fanon (2005), o colonizado é maniqueísta e “por vezes o maniqueísmo vai até o fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica” (p.31), isto é, no processo de desumanização, o lugar do “selvagem” torna o colonizado propenso à dominação.

Conforme Opoku (2010), os colonizadores europeus fundamentaram as suas intervenções na máxima de que extirpar a cultura nativa africana era um caminho necessário para o avanço e progresso do continente. No entanto, o discurso imperialista que anunciava o progresso e a “civilidade” para África trouxe a exploração e capitalização dos recursos naturais e das matérias-primas, a citar o azeite de dendê e o óleo de palma, este posteriormente comercializado no ocidente para a fabricação de óleos lubrificantes no processo de funcionamento de máquinas.

Precipuamente, ao passo em que o europeu se beneficiou economicamente dos bens e das matérias-primas dos territórios africanos, o mesmo não aconteceu com os povos nativos. O colonizador passou a buscar, também, a dominação política e cultural da África. Assim, o regime capitalista europeu precarizou a mão de

obra do povo nigeriano e lhe despojou da dignidade a partir de subempregos e da baixa renda em distribuição. Em *As Alegrias da Maternidade* (2018), romance histórico de Buchi Emecheta, na Nigéria Igbo colonial, a personagem Nnu Ego demonstra frustração ao ver o seu marido Naife, “o lavadeiro”, antes trabalhador braçal em lavouras, possuir um exaustivo cronograma de tarefas diárias para cuidar das roupas de seus patrões em troca de uma baixa remuneração:

O cronograma de tarefas diárias era tão rigoroso que era possível saber a hora do dia pelo que ele [Naife] estivesse fazendo. Fora ungido com o grandioso título ‘Naife, o lavadeiro’ [...] Tinha apenas meio dia de folga na semana, aos domingos, quando trabalhava só até às duas da tarde (Emecheta, 2018, p.68).

Além da exploração territorial e econômica, a desintegração cultural dos nativos encontrou força nas inúmeras investidas à conversão total da Nigéria pré-colonial ao cristianismo. As diferenças tribais entre os povos africanos eram numerosas e o intuito da colonização britânica estava em transplantar os valores ocidentais e unificar os povos, a fim de exercer domínio sociopolítico e cultural. O povo igbo, em semelhança ao povo iorubá, possuía a tradição politeísta e por este motivo era considerado um povo distante da civilização quando em comparação aos povos Hausa-Fulani, nativos muçulmanos para os quais a tradição monoteísta já se fazia notar, por exemplo.

O controle por meio da religião foi de extrema importância para a substancialização da colonização, uma poderosa arma impulsionada pela atuação dos missionários enviados à Nigéria. Entretanto, de acordo com Opoku (2010), o processo de catequização sofreu resistência por parte dos nigerianos, enquanto muitos rejeitavam o cristianismo, outros o somavam aos seus costumes pagãos em um sincretismo religioso, mas poucos o consentiram por completo. Dentre as tentativas de barrar a agenda colonial, o povo igbo contou com os conhecimentos advindos da magia para amedrontar e afastar os missionários, de modo a dificultar o processo da tomada britânica e agenda colonial:

Muitas vezes, recorriam à magia, à intervenção dos antepassados e de seus deuses para combater a opressão colonial. Durante as duas primeiras décadas do século XX, os guerreiros igbos do sudeste da Nigéria empregaram esses meios para se defender contra os invasores estrangeiros (Opoku, 2010, p. 598).

Ainda que de forma gradativa, a presença e o trabalho constantes dos missionários cristãos fizeram com que parte do povo nigeriano questionasse os seus preceitos ancestrais de fé, bem como a representação e os comandos de líderes religiosos. Dessa forma, os elementos não-ocidentais – como o chamado aos ancestrais, a magia, os rituais e sacrifícios aos deuses, passaram a ser vistos como expressões demoníacas, impuras, caminhos que impediam a salvação e, por consequência, o progresso e a civilização. Em conformidade com Opoku (2010), o cristianismo exercia uma força desagregadora sobre a cultura africana (p. 612), sendo um eficiente aliado para o enfraquecimento da ancestralidade dos nativos e determinante para o fortalecimento do regime colonial imperialista na Nigéria, de forma a assegurar força e poder ao colonizador.

Na Nigéria pré-colonial, a religião era a base da cultura igbo, posto que por meio de suas crenças, mediadores sociais e hierarquias eram estabelecidos, mantidos ou desestabilizados. Assim, a imposição religiosa prescrita pelos colonizadores apresentava-se como uma ameaça não apenas à terra, mas também aos costumes e à tradição. Historicamente, o estigma cultural que permeia os igbos está na impiedade, presente até mesmo dentre os povos vizinhos. Em *Cidadã de Segunda Classe*, a personagem Adah é conhecida como a *tigresa igbo* por seus colegas iorubás durante a infância porque reage aos insultos através da violência. Na obra, Adah conta que alguns de seus colegas lhe perguntavam o sabor da carne humana, afinal acreditava-se que os igbos costumavam “comer gente” no passado (p.31).

Logo, o estigma de “ímpiedosos” e o paganismo dos igbos fizeram com que este povo fosse considerado “selvagem” e “degenerado” aos olhos dos colonizadores, um povo sem civilidade, comumente vivendo em ambientes “cheios de mosquitos, animistas e (com) tribos distintas” (Adichie, 2015, p. 98). Com isso, no que prescreve a história, nos costumes igbos da Nigéria pré-colonial era comum a rejeição social de indivíduos que se mostrassem impuros perante aos deuses em suas formas ou ações. Determinadas doenças, como a lepra e a varíola, eram consideradas amaldiçoadas, portanto, os seus portadores deveriam ser abandonados à própria sorte, deixados para morrer na floresta e banidos à força caso houvesse resistência. Em *O Mundo se Despedaça* (2009), Chinua Achebe narra sobre as “florestas malditas” presentes em clãs e aldeias igbos:

Todo clã e toda aldeia tinham a sua "floresta maldita". Nela enterravam-se aqueles que morriam de moléstias verdadeiramente malignas, como a lepra e a varíola. Era também uma espécie de terreno de despejo, onde se jogavam os poderosos amuletos dos curandeiros, quando estes morriam. Uma "floresta maldita" estava, portanto, povoada de forças sinistras e dos poderes da escuridão (Achebe, 2009, p. 169, aspas do autor).

De forma semelhante, o nascimento de gêmeos era considerado ultrajante. Assim, os bebês nascidos gêmeos também deveriam ser deixados na floresta para a morte:

A terra decretara que os gêmeos constituíam uma ofensa ao mundo e que precisavam ser destruídos. E se, por acaso, a tribo não punisse rigorosamente qualquer ultraje à poderosa deusa, sua ira cairia sobre toda a região, e não apenas sobre o ofensor, pois como diziam os anciãos, se um dedo estiver sujo de óleo, manchará os demais (Achebe, 2009, p. 144).

Decerto, para os "malditos", bem como para as mães que recusaram o abandono de seus filhos a pedido da comunidade, o cristianismo mostrava-se como um caminho para a sobrevivência. Sob a condição de converterem-se ao Deus cristão, aqueles marcados pela tradição buscavam abrigo em casas missionárias e igrejas. Para outros, o cristianismo também representava um complemento da fé, estancando lacunas e descontentamentos deixados pelos costumes e tradições. No entanto, ainda que efetivo, o progresso do colonizador nos territórios nigerianos não decorreu de forma simplificada, visto que muitos líderes africanos não eram coniventes ao regime colonial e temiam a perda de poder e autonomia.

Frente às múltiplas formas ancestrais de organização social, a recepção da agenda colonial se deu de diferentes formas pelo povo nigeriano. Estudos historiográficos da atualidade afirmam que o povo igbo foi o mais hostil à instalação dos europeus na Nigéria. Hostilidade esta fomentada, principalmente, pelos grandes chefes religiosos e curandeiros, os quais, muitas vezes, pregavam e instruíam a morte do homem branco como forma de proteção e segurança. Em *O Mundo se Despedaça* (2009), Chinua Achebe descreve o descontentamento dos chefes religiosos à medida que o cristianismo se consolidava:

Os missionários tinham chegado à Umuófia. Ali construíram uma igreja, conseguiram algumas conversões e já começavam a enviar catequistas às cidades e aldeias vizinhas. Isso constituía motivo de grande pesar para os líderes do clã, embora muitos deles

acreditassem que aquela estranha fé, bem como o deus do homem branco não durariam (Achebe, 2009, p. 163).

Em cidades como Asaba e Ibuza¹⁴, a exemplo, rara era a presença dos europeus, que quando apareciam, pouco tempo permaneciam com vida. Segundo Buchi Emecheta, em *As Alegrias da Maternidade*, era comum o aninhamento de sepulturas de missionários e exploradores europeus nas florestas igbos de Ibuza. Todavia, mesmo sob resistência, diante da força militar do homem branco e dos tratados políticos, que asseguraram a presença do colonizador no domínio de seus protetorados, não havia meios para barrar efetivamente a ocupação britânica. Além disso, muitos líderes políticos viam na presença dos britânicos meios para o progresso da nação e para as melhorias no âmbito da saúde e educação, como a significativa construção de escolas missionárias. De acordo com Falola e Heaton (2008), de 1901 a 1931, em Lagos, a então capital da Nigéria, houve um crescimento de quase 84.000 habitantes. À vista disso, o intuito dos líderes africanos, por algum tempo, não estava em reprimir inteiramente as intervenções europeias, o que contribuiu para o alastramento da agenda colonial.

Em síntese, apenas em meados no século XX uma parte significativa da Nigéria se converteu ao cristianismo, monopólio dos missionários cristãos. Com o intenso crescimento do cristianismo, o povo igbo perdeu força e, por consequência, ganhou força o colonizador. Outrossim, a partir da popularização de escolas missionárias e da educação ocidental, o uso da língua inglesa e a presença dos valores cristãos ascenderam. Para Oyèrónkẹ Oyěwùmi (2021), a introdução do cristianismo e da educação ocidental foram fundamentais para a estratificação da sociedade colonial, uma vez que o objetivo dos missionários cristãos não estava em preservar as sociedades africanas, mas sim em transformá-las. Segundo o relato do missionário T.J Bowen, datado de 1857:

Nossos desígnios e esperanças em relação à África não são simplesmente trazer o maior número possível de pessoas para conhecerem Cristo. Desejamos estabelecer o Evangelho no coração, na mente e na vida social das pessoas, para que a verdade e a retidão possam permanecer e florescer entre elas, sem a instrumentalidade de missionários estrangeiros. Isso não pode ser feito sem a civilização. Para estabelecer o Evangelho entre qualquer pessoa, eles devem ter Bíblias e, portanto, devem ter a arte de fazê-

¹⁴ Cidades Igbos da Nigéria Ocidental.

las ou o dinheiro para comprá-las. Eles devem ler a Bíblia e isso implica educação (Bowen, 1857 *apud* Oyéwúmi, 2021, p.195).

Na Nigéria pós-colonial, são incontáveis as consequências da colonização. Em *Cidadã de Segunda Classe*, Buchi Emecheta relata parte da desintegração da cultura igbo frente às influências e imposições coloniais, indo desde os costumes às variações linguísticas, ao citar, a exemplo, a “Ladi-Lak” como uma escola preparatória para meninas de grande prestígio e valor econômico para a classe média de Lagos apenas por não ensinar o lorubá¹⁵ ou as demais línguas africanas às crianças, em “Ladi-Lak” falava-se apenas o Inglês (p. 14).

Com a significativa criação de escolas missionárias e consequente conversão dos nigerianos ao cristianismo, os costumes e a educação coloniais puderam se fazer notar. Segundo Buchi Emecheta (2018) nos anos que se seguiram à colonização, a língua inglesa foi um passaporte para prosperidade e ascensão social. Alicerçados nisso, muitos nigerianos com acesso à educação puderam assumir cargos de liderança na Nigéria, principalmente entre os igbos, uma vez que a educação colonial fazia-se massivamente presente no Sul do país. Tal estratificação fomentou os conflitos já existentes entre os povos nativos. Isto porque ao passo que o povo igbo vivia em uma crescente ascensão econômica e social, os povos do Norte, os hausa-fulani, permaneciam na inércia, operando subempregos e com baixos salários. Em passagens da obra, a personagem Adah se refere aos ascendentes desse movimento como a “burguesia nigeriana”, homens bem instruídos nas escolas secundárias, os quais ocupavam, em grande parte das vezes, cargos administrativos no serviço público nigeriano.

Precipuamente, o acesso à educação oportunizou, à burguesia igbo, empregos de alta remuneração, de maneira que logo a adequação aos costumes europeus surgiu como uma consequência do fomento capitalista em meio ao contexto da Revolução Industrial vivido na Europa. No entanto, ainda que de forma semelhante aos europeus em capital financeiro e costumes, a elite nigeriana mantinha-se na subalternidade, sendo vista com desprezo pelos colonizadores, afinal era considerada uma ameaça à manutenção do regime colonial, segundo Falola e Heaton (2008):

¹⁵ Considerado um dos maiores grupos étnicos linguísticos da África Ocidental.

(...) Os nigerianos eram uma ameaça ao governo britânico. O nigeriano ideal era aquele que tivesse educação suficiente para ser útil ao sistema colonial, mas não o suficiente para considerar-se intelectualmente semelhante ao homem branco (Falola; Heaton, 2008, p.129, tradução nossa).

Isto porque ainda que espelhada na cultura europeia e em alguns privilégios coloniais, a elite nigeriana visava à independência da Nigéria como ato final, tendo em vista que constatou a dominação a que o homem africano era submetido pelos colonizadores, além do crescente interesse em participar ativamente de decisões políticas e econômicas do país. Como consequência, movimentos que previam e buscavam a independência nigeriana ganharam força. Em *Cidadã de Segunda Classe*, Buchi Emecheta narra o fluxo migracional para a Europa, acontecido no final dos anos 1940: um grupo de nigerianos pertencentes à burguesia a caminho de Londres com o intuito de assegurar uma qualificação primorosa, motivados pelo sucesso do movimento de independência da Índia. Esses homens deixaram suas esposas, seus filhos e empregos de alta remuneração no serviço público para obter a qualificação que os faria futuros líderes em uma Nigéria independente.

Ademais, o contexto da Segunda Guerra Mundial, em que os homens africanos foram recrutados forçosamente e levados para a guerra a fim de lutarem contra o fascismo junto aos homens brancos, foi determinante para o crescimento das revoluções nacionalistas. Em *As Alegrias da Maternidade*, Naif, marido da personagem Nhu Ego, é sequestrado à luz do dia pelos oficiais europeus e soldados haussás para servir ao exército:

Os cacetetes subiram e os korofos começaram a dar ordens: 'daqui para lá! Para o caminhão, andem, andem!' [...] 'Por quê? Por quê?', perguntavam-se os trabalhadores uns aos outros. Ninguém sabia dizer. Naife viu quando alguns dos homens tentaram fugir, mas tudo o que conseguiram foi receber duros golpes de cassetete nos ombros, e seus guinchos de dor aconselhavam os outros a ficar quietos e ser 'bons meninos' (Emecheta, 2018, p. 205, aspas da autora).

Com a guerra, inúmeras famílias perderam os homens saudáveis de suas casas sem maiores explicações, afinal os nigerianos pertenciam aos britânicos, assim como pertenciam a Deus (Emecheta, 2018, p. 209). À vista disso, os grupos nacionalistas, frustrados com o tiranismo do regime colonial, passaram a exigir reformas políticas para a emancipação da Nigéria. Estudos historiográficos afirmam

que o desejo pela independência foi suscitado em nigerianos de todas as camadas sociais, agora não mais restrito aos nacionalistas ou pequenos burgueses, ao passo que os soldados remanescentes e toda a população da Nigéria depreenderam os prejuízos causados pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, na qual amigos, filhos e familiares perderam suas vidas em benefício do colonizador. Outrossim, no retorno à Nigéria, aos soldados sobreviventes pouco reconhecimento foi dado, seja social ou financeiramente, o que consolidou o sentimento de revolta e cresceu os movimentos que visavam à independência.

Em 1º de outubro de 1960, alicerçados na construção de partidos políticos de grande força e em conferências constitucionais, nas quais o povo igbo mostrou grande participação, os movimentos nacionalistas e as elites nigerianas alcançaram a independência da Nigéria, ato consolidado a partir dos inúmeros acordos feitos com a Europa, que cedeu à pressão após a notável união sociopolítica dos nigerianos. Contudo, inúmeros foram os prejuízos deixados pelos anos que se seguiram à ocupação estrangeira, que reuniu povos irreconciliáveis na Nigéria¹⁶ e cresceu diferenças mediante o despojo de uma significativa identificação nacional dos povos nativos, remodelando suas concepções políticas, sociais e culturais à guisa da administração britânica.

Em 1967, como consequência das coexistências conflituosas dos nativos, houve a eclosão de uma guerra civil, a Guerra de Biafra, conhecida como o genocídio africano mais devastador do século XX. A Guerra de Biafra irrompeu pouco tempo após a criação da República de Biafra, nação igbo, uma alternativa aos inúmeros golpes sofridos pelo povo igbo, alvos de ataques dos povos hausa-fulani, segundo Frederick Forsyth (1977). A guerra civil durou até os anos 1970 e teve como principal motivação a busca pela reintegração de Biafra na Nigéria pelos exércitos nigerianos. Estima-se que cerca de 3,1 milhões de pessoas da etnia igbo foram assassinadas entre 1966 a 1970 (Ekwe-Ekwe, 2006), com os devastadores bombardeios na Igboland, bloqueios aéreos e navais, por meio das armas ou da fome, de acordo com Herbert Ekwe-Ekwe (2006). Em suma, crianças, jovens adultos, homens, mulheres e idosos foram vitimados pelo maior genocídio igbo do qual se tem notícias.

¹⁶ A exemplo dos povos hausa-fulani e igbos em constantes conflitos.

1.2 A PERDA DAS MULHERES E O GANHO DOS HOMENS: SUBALTERNIZAÇÃO, PATRIARCALISMO TRIBAL E COLONIZAÇÃO NA NIGÉRIA

De modo secular, a identidade da mulher nigeriana esteve sobretudo ligada ao gênero, o marcador cultural das experiências femininas diante do patriarcalismo tribal e das interferências coloniais, assim como em tantas outras sociedades universais. Nesse contexto, a obra *Cidadã de Segunda Classe* se divide em dois momentos históricos, de modo que o primeiro deles emerge ainda nos anos 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, em uma Nigéria colonial atravessada pelas tensões culturais da colonização britânica. No romance, desde o seu nascimento, a personagem igbo Adah Obi vive em uma imbricada teia de cerceamentos habituais na Nigéria, como a interdição das mulheres pelos pressupostos do colonialismo, respaldados pelo patriarcalismo tribal. A menina, que “havia chegado quando todos esperavam e previam um menino” (p. 11), não teve, ao menos, o seu nascimento registrado, uma vez que na tradição igbo, o valor pessoal das mulheres é orientado pelo dote de noiva recebido na instituição do casamento, um retorno tardio.

Diante da perspectiva de interseccionalidade (Collin, 2020) como práxis-crítica¹⁷, e considerados os atravessamentos de classe, Adah experienciou uma infância marcada pela pobreza financeira assim como o seu irmão, Boy, ambos inseridos em um contexto de subempregos e baixa distribuição de renda em uma Nigéria colonial. Porém, à vista de atravessamentos de gênero, foi desprivilegiada em relação a Boy, sendo exposta às mais diversas violências físicas e psicológicas, bem como à exploração familiar, acrescidas com a morte prematura de seu pai, o principal provedor da casa. Com a morte de Pa, *Ma*, sua mãe, foi herdada pelo irmão de *Pa*; Adah e Boy foram *repassados* aos parentes mais próximos, conforme os costumes. Em um movimento contrário ao esperado pelas mulheres igbos no século XXI, Adah principiou o enfrentamento às limitações socioculturais ainda na infância, quando decidiu frequentar a escola mesmo contra a vontade de seus parentes, que previam os investimentos à educação destinados aos meninos da família. Com uma rotina diária de trabalho exaustiva, foi autorizada a frequentar a escola somente após concluir todos os serviços da casa em que morava com os tios:

¹⁷ Para a qual as relações de poder que envolvem raça, gênero e classe se manifestam mutuamente.

Vim sozinha para a escola, não quiseram me mandar. A classe fez silêncio outra vez. O garoto com *craw-craw* na cabeça (que mais tarde seria um professor no hospital de Lagos) lhe deu um pedaço de seu lápis e Adah começou a rabiscar e não parou mais (...) Nunca mais esqueceu aquele cheiro de escola (Emecheta, p. 16, 2018).

Em seu artigo “Instinto de Sobrevivência: o feminismo negro em *Cidadã de Segunda Classe*, de Buchi Emecheta”, Silvana Chagas (2021) afirma que além das questões de gênero, do racismo e da subalternização, para as mulheres africanas nos países oriundos da colonização, esta subalternização é agravada, “tem início na tradição, se adensa no processo de colonização e se perpetua na modernidade” (p.17). Isto porque a cultura e a tradição se consolidam como projetos contínuos, historicamente modificados pelos agentes culturais e alicerçados no tempo e nas especificidades demandadas pela época em que se substancializam. A presença do patriarcalismo na vida das mulheres em África não é de excepcionalismo africano, movimenta-se de diferentes formas na cosmovisão dos povos em todo o mundo, no entanto, à luz das experiências africanas, com a presença dos colonizadores e as estratificações cristãs de gênero e de educação, o corpo das mulheres passou a ser visto como um corpo subalterno, restrito a um simplismo determinista e em confronto com as relações do patriarcalismo tribal e do patriarcalismo colonial. Assim, as mulheres nigerianas, continuamente direcionadas para a dominação masculina, precisaram de forma gradual construir novas identidades em busca de pertencimento social.

Na história das mulheres africanas, são diversas as cosmovisões que buscam decodificar a posição da mulher frente à posição do homem nas estruturas sociais em África, entretanto, os conceitos patriarcais de superioridade física e mental baseados na diferenciação do sexo não possuem registros históricos – tampouco evidências, em grande parte das etnias africanas pré-coloniais. Nkiru Nzegwu (2001) afirma que na Nigéria pré-colonial, especificamente, o controle das atividades a partir do sexo era benéfico para alguns grupos culturais, com isso mulheres e homens eram vistos como de igual importância para a manutenção e sobrevivência da comunidade. Portanto, com o poder partilhado igualmente entre os sexos, as capacidades sexuais e reprodutivas femininas não determinavam as mulheres como *cidadãs de segunda classe* no âmbito social. Na atualidade, ao se debruçar nas

relações construídas pós-colonização, intelectuais africanas¹⁸ já definem o patriarcalismo moderno como uma herança ocidental, em razão de a organização social e os conceitos hierárquicos das comunidades pré-coloniais não serem definidos por uma dicotomia de sexo, mas sim por outras especificidades, como a senioridade e o parentesco, a título de exemplo. Consoante Cheikh Diop (1982):

o matriarcado negro está tão vivo em nossos dias como na antiguidade. Nas regiões onde o matriarcado não tem sido alterado por uma influência exterior – como com o Islã ou o Cristianismo – a mulher que transmite integralmente o direito político (Diop, 1982, p. 230).

O teórico senegalês, baseando-se em teorias de cunho evolucionista de fins do século XIX, visualizava o matriarcado no continente africano como um dos estágios primitivos de evolução social, o qual, gradativamente, se transformaria em um sistema mais evoluído, semelhante ao patriarcado, caso não houvesse a influência cristã e colonial. Nesse sentido, estudos matriarcais afirmam que na Nigéria pré-colonial as tradições politeístas também possuíam a religião como a base da cultura, todavia, o conceito de pecado não estava elencado na inferiorização e subordinação das mulheres. O sistema hierárquico de religiões igbos e iorubás, por exemplo, centralizava-se na senioridade, sendo “a classificação social de pessoas com base em suas idades cronológicas” (p. 80), os wọn¹⁹, em que mulheres não eram excluídas de posições de liderança, havendo até mesmo a figura sacra das ancestrais. Com a chegada das escolas missionárias, esse sistema deu espaço ao de hierarquização de sexos, iniciado na caracterização de que o sexo feminino é inferior e subserviente ao masculino. Desse modo, a criação de esferas públicas masculinas, como a representação e ocupação em altos cargos, além da presença de símbolos sociais e uma educação superior, fizeram com que a hegemonia masculina se consolidasse na agenda colonial.

À vista disso, com a presença do colonizador, os colonizados absorveram grande parte das ideologias e dos valores europeus e, por consequência, tornaram-se integrantes da história ocidental, o que inclui a forma com que as mulheres passaram a ser vistas e a organização dos papéis sociais a elas designados. Para Oyèwùmí (2021), há dois processos vitais entrelaçados à colonização europeia na

¹⁸ Como Bibi Bakare-Yusuf, Molar Ogundipe-Leslie, Nah Dove e Oyèrónké Oyèwùmí.

¹⁹ Pronome utilizado para se referir a uma pessoa mais velha, independentemente de seu sexo.

África: o lugar dos africanos como colonizados, nativos, e a inferiorização das *fêmeas*. Dessa forma, o uso do corpo biológico como um delineador de categorias sociais, sinaliza a autora, resultou na separação dos sexos e na inferiorização das *fêmeas*, “*transformadas*” em mulheres por categorização colonial (aspas da autora, p. 227). De maneira semelhante, na tradição igbo, de acordo com Ifi Amadiume (1997), a base do “gênero” está na oposição binária entre o sistema *mkpuke* e *obi*.²⁰

Conforme a autora, ainda, a coexistência destes dois sistemas resulta em diferentes conjuntos de valores: o *ummume*, ligado à “maternidade compartilhada”, de forma a expressar os valores de paz e compaixão; e o *umunna*, ligado aos valores da paternidade, expressando os valores de competitividade, violência e força. Com isso, as presenças do sistema patriarcal e do matriarcal são uma “relação concomitante”. Isto posto, entende-se que a experiência colonial baseada nas convicções cristãs denota uma leitura generalizante, principalmente na aparição das figuras de Adão e Eva e nos conceitos de pecado, o que transforma a categoria de “mulheres” em uma definição homogeneizada. Assim, portanto, a constituição do patriarcalismo africano pós-colonial não se assemelha à constituição do universal, consolida-se como um conceito importado pelo ocidente, agravante do patriarcalismo tribal.

Na obra *Cidadã de Segunda Classe*, Buchi Emecheta narra por meio da personagem Adah, sua autorrepresentação, a perpetuação de costumes e tradições nativos aliados à colonização. Tais elementos reforçam as posições de submissão feminina na Nigéria: ser filha, esposa e mãe. Além disso, a narrativa enfoca o desenvolvimento das atividades comerciais espelhadas no contexto capitalista ocidental, junções que limitaram a ocupação e ascensão nos espaços sociais por mulheres, principalmente àqueles voltados ao caminho da educação. Isso porque, na Nigéria colonial, as vicissitudes do capitalismo e da globalização provocaram dificuldades ainda maiores para a sobrevivência das famílias igbos, marcadas por famílias numerosas, habitualmente com muitos filhos, sinônimos de um bom casamento, bem como de fertilidade e prosperidade feminina. Dessa maneira, os trabalhos manuais centralizados no setor agrícola, antes desenvolvidos nas tribos pré-coloniais, como o plantio e a colheita, deram espaço aos subempregos coloniais,

²⁰ “*Mkpuke*” representa a “unidade matricêntrica”, em que as relações giram em torno da mulher-mãe; “*Obi*” representa a casa ancestral focada no homem.

em sua maioria serviços gerais, com baixa remuneração para o nigeriano médio sem acesso à educação.

Em contrapartida, com a significativa construção de escolas missionárias no Sul da Nigéria pela agenda colonial, o acesso à educação ocidental obteve espaço entre o povo igbo, especialmente para os mais jovens. A partir disso, homens igbos de boas famílias puderam frequentar as escolas secundárias, aprender inglês e se qualificar para a aquisição de melhores empregos. Eles eram a chamada “burguesia nigeriana”, os possíveis clérigos, pastores, missionários e políticos, moldados pelos colonizadores britânicos de maneira assertiva e direcionada para o progresso da colonização. No entanto, nos espaços de poder, fundamentais para a estratificação da sociedade colonial, não havia espaço para a presença das mulheres nigerianas, *entidades-mãe*: repletas de filhos, responsáveis pelo cuidado primordial, de forma a tornar a desvantagem feminina na corrida do sistema educacional cada vez mais tangível, um fator determinante para a manutenção da ocupação de espaços de subserviência. Em *Cidadã de Segunda Classe*, Adah elucida o tratamento dado aos meninos em detrimento das meninas:

(...) na sua sociedade ela só podia ter certeza do amor de seu marido e da lealdade de seus sogros se tivesse e mantivesse vivas tantas crianças quanto possível, e que, embora uma menina pudesse ser contada como uma filha, para seu povo um menino tinha o valor de quatro crianças? E se a família pudesse dar uma boa educação universitária ao menino, a mãe do menino receberia o status de homem, na tribo (Emecheta, 2018, p. 92).

De acordo com Oyěwùmí (2021), quanto ao lugar das mulheres na Nigéria pós-colonial, meninas e meninos possuíam papéis distintos nas escolas missionárias e, portanto, a educação destinada a esses grupos era ajustada conforme os espaços sociais que seriam ocupados na nova sociedade nigeriana. Oyěwùmí (2021) explica que foi dada prioridade à educação masculina a partir de um currículo discriminado por sexo: enquanto os meninos preparavam-se cerca de duas horas por dia para provas e exames, as meninas aprendiam a costurar e bordar (p.198). Outrossim, diferentes formas simbólicas de diferenciação de gênero também foram empregadas, uma vez que se esses homens fossem os líderes, essas mulheres seriam as suas esposas e, dessa forma, responsáveis pela criação de seus filhos e disseminação de ideias em suas famílias, as futuras mães cristãs, orientando os

futuros lares cristãos.

Ademais, a relação entre a mulher africana, a maternidade e a tradição é tema comumente recorrente no cenário da literatura africana. Buchi Emecheta, através das representações femininas em suas obras, traz luz às reflexões acerca da desigualdade de gênero a que as mulheres nigerianas são submetidas e que são reforçadas pelo ideal da sacro-maternidade. Em *As Alegrias da Maternidade* (2017), na comunidade de Ibuza, a personagem Nnu Ego é rejeitada e desposada pelo seu marido Amatokwu após tentativas frustradas de engravidar.

Tomada por um forte abalo emocional e beirando à loucura, Nnu Ego é reconduzida a outro casamento por seu pai, desta vez arranjado na capital de Lagos, a fim de restaurar a sua integridade, visto que aos olhos da comunidade a personagem é tida como uma mulher amaldiçoada pela incapacidade de gestar, uma árvore seca e atormentada. De acordo com intelectuais africanas da modernidade, o cuidado primordial com a prole e a experiência materna como validação social contribuíram exponencialmente para o enraizamento patriarcal. Conforme Molará Ogundipe-Leslie (1985), por meio da instituição do casamento as mulheres perdem os seus direitos básicos e dissociam a própria identidade em função da dedicação integral ao lar. Na Nigéria, a presença do patriarcalismo tribal traz um agravante, uma vez que, em concordância com a tradição, as mulheres nigerianas se tornam propriedades em linhagens dos seus maridos.

Em perspectiva atual, estudos conceituam o patriarcado como uma organização social e de estruturas institucionais nas quais os homens possuem controle sobre a vida e as escolhas das mulheres, assim como privilégios sociais: melhores empregos, com salários superiores e tempo de lazer em quantidades mais consideráveis do que o inverso. Todavia, conforme Bibi Bakare-Yusuf (2003), a cosmovisão patriarcal de que as mulheres são vítimas e os homens “vitimizadores” é nocivo às mulheres e reitera espaços de subserviência, porque insiste na percepção de que precisamos de cuidados masculinos e, por consequência, não possuímos as habilidades necessárias para a ocupação de espaços de poder, consagrados aos homens em função de uma suposta superioridade. Esse discurso se manifesta como uma crença social que atravessa o espaço tempo e se desdobra no dualismo das formações de poder, de forma a encorajar o universo masculino à medida que enfraquece o feminino, desconsiderando toda e qualquer especificidade da experiência individual de gênero.

Nesse sentido, como consequência das interdições e dos infimos atravessamentos identitários vivenciados pelas mulheres africanas no período colonial, é possível que compreendamos o crescente movimento de criação e de escrita como um caminho a ser seguido pelas escritoras negras contemporâneas em África, principalmente no contexto da produção das literaturas pós-coloniais. Frente ao contexto de subempregos e baixa distribuição de renda, somente por meio da educação era possível ascender financeiramente e desfrutar dignamente dos espaços sociais. Dessa forma, a personagem Adah se constrói na contramão das condições femininas dispostas para as mulheres igbos do século XX, visto que desde a infância buscou na educação firmar a sua identidade e a consciência de sua existência.

Bell Hooks (2019) aponta o acesso à educação como uma estratégia política, cuja capacidade de mudar radicalmente a perspectiva das mulheres quanto à realidade é significativa. Com efeito, o ensejo da educação acompanha Adah como uma *Presença*, marcada estilisticamente em letras maiúsculas no instrumentário linguístico, como uma espécie de personificação. Após os anos primários, a personagem ganhou uma bolsa de estudos em um colégio interno, o que a possibilitou ser uma mulher instruída muito acima da média das meninas nigerianas, as quais mal possuíam os estudos completos do primário. Com o sonho de ser escritora e estudante universitária, ao término do colegial, Adah concebe o casamento como uma forma de estabilidade, para ter uma casa na qual fosse possível estudar sem interferências, afinal “quem quisesse estudar para se formar, estudar para o exame de admissão ou [até] mesmo estudar para obter mais notas ‘A’ precisava ter uma casa” (p. 35).

Outra vez na contramão dos costumes, Adah escolhe o próprio marido. Francis – um homem muito pobre, que não pôde ao menos pagar o dote de uma mulher instruída como Adah. Para a personagem, esse era um problema desfeito, uma vez que depois do casamento consegue um bom emprego como bibliotecária na biblioteca do Consulado Americano, de forma a ascender financeira e socialmente, tornando-se quase tão próspera quanto os homens de sua época. À frente de sua história, Adah define o seu próprio destino, o que a oportuniza falar de si e por si mesma na luta contra um sistema de dominação masculina. Assim, em movimento articulado com os próprios desejos, demarca a sua *Presença* no mundo

e contribui para a construção de uma memória coletiva, de forma a atuar na contramão dos discursos dominantes e a honrar as suas ancestrais.

2. LINGUAGEM E IDENTIDADE EM *CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE*

2.1 A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE BUCHI EMECHETA: NO FUNDO DO POÇO À CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE

Durante o crescimento da primeira geração de escritores nigerianos, a Nigéria vivia grandes transformações políticas, sociais e culturais após sua independência, em 1960, em que o otimismo inicial cedeu lugar a desilusões provocadas pela instabilidade política e, principalmente, pela Guerra Civil de Biafra (1967–1970), consequências diretas da colonização. Durante os anos que se seguiram, os impactos coloniais foram questões centrais para muitos autores da época e, por consequência, a literatura do período adotou uma postura crítica e engajada. Em suas obras, escritores como Wole Soyinka, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1986, e Chinua Achebe denunciavam os abusos de poder e as falhas das lideranças pós-coloniais, bem como exploraram os efeitos do colonialismo e do neocolonialismo em meio a tensão entre divisões étnicas e políticas no país.

De acordo com Bonnici (2012), historicamente, as primeiras produções de literatura dos povos colonizados pelas potências europeias aconteceram entre os séculos XV e XXI, com a hegemonia das línguas do colonizador. A escrita, dessa forma, passou a assumir um caráter engajado, uma prática literária capaz de elucidar as marcas da colonização e a violência prescrita pelos colonizadores. As obras da década eram tanto pessoais quanto políticas. Livros como *Violence* (1979), de Festus Iyayi, e peças teatrais como “The Man Died” (1972), de Soyinka, são exemplos de uma literatura que retrata as lutas por justiça social. Para o pensador e crítico literário Edward Said (2011):

A capacidade de representar, retratar, caracterizar e figurar não está simplesmente à disposição de qualquer membro de qualquer sociedade; além disso, o ‘o quê’ e o ‘como’ na representação das ‘coisas’, mesmo admitindo uma considerável liberdade individual, são circunscritos e socialmente regulados (Said, 2011, p.143, aspas do autor).

Como afirma Said, a literatura é um meio crucial para a permanência de padrões culturais sociais, já que reflete o mundo, é capaz de manter ou desestabilizar hierarquias e de produzir cultura e sociedade. Desse modo, o contexto no qual os autores estavam inseridos resultou em produções literárias que misturam

tradições africanas, realismo e influências ocidentais, traços que consolidaram a Nigéria como um dos principais polos literários da África na atualidade. Nas palavras de Chinua Achebe:

De todas as explosões que sacudiram o continente africano nas últimas décadas, poucas foram tão espetaculares e tão benéficas como o surgimento da literatura africana, jogando um pouco de luz aqui e ali sobre uma área antes mergulhada na escuridão (Achebe, 2012, p.82 apud Côrtes; Andrade, p.2).

Em contrapartida, no ocidente a historiografia literária atuou ativamente na manutenção da visão imperialista sobre as regiões orientais, carregada de estereótipos e exotismos provenientes do monopólio do poder de escrita dado aos escritores europeus. Valentin-Yves Mudimbe (2013) discute a forma como os escritos coloniais produzidos pelos europeus conduziram e legaram impressões equivocadas quanto à África e aos africanos, o que o autor chama de “Biblioteca Colonial”, por serem textos essencialmente eurocêntricos. O filósofo argumenta, ainda, que o impacto da Biblioteca Colonial não se limitou ao Ocidente, mas direcionou a forma como os próprios africanos entendiam a sua história e o conhecimento produzido por eles. De maneira semelhante, Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) cita Albert Memmi: “o golpe mais grave sofrido pelos colonizados é ser removido da história” (Memmi, 1965, p.112 apud Oyěwùmí, 2021, p. 227).

Por meio da literatura, os escritores nigerianos da geração moldaram uma escrita comprometida com a retomada da identidade africana, a usando como uma ferramenta de transformação. Entretanto, em meio às questões culturais e coloniais que permeavam o mercado literário africano, o patriarcalismo tribal e os efeitos da colonização no aprisionamento cultural das mulheres foram, mais uma vez, deixados à margem pelos escritores africanos, pois “o mundo, e em especial o mundo africano, ainda considera a literatura séria uma prerrogativa masculina” (Emecheta, 2024, p.112).

No contexto da Nigéria dos anos 1960, o romance *Efuru* (1966), de Flora Nwapa, ficou amplamente reconhecido como o marco inaugural da literatura pós-colonial escrita por uma mulher, de modo a trazer à tona as questões de gênero e esmiuçar as experiências das mulheres em uma sociedade patriarcal em transição. O romance conta a história de Efuru, uma mulher independente e bem-sucedida que desafia as normas tradicionais ao se recusar a se submeter às expectativas

patriarcais de casamento e maternidade. A obra foi revolucionária por várias razões, mas principalmente porque trouxe uma perspectiva feminina às narrativas pós-coloniais em um espaço literário dominado por homens.

A segunda geração de escritores nigerianos, da qual Buchi Emecheta faz parte, começou a se destacar nas décadas de 1970 e 1980. Com as crescentes rupturas entre a tradição e a modernidade, possíveis a partir dos choques culturais e geracionais, as tentativas de questionar a naturalização das opressões patriarcais do país de origem eram frequentemente abordadas em narrativas contemporâneas e diaspóricas. Por isso, entre as escritoras femininas, as questões de gênero, migração e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sociedade nigeriana e na diáspora ganharam espaço. Obras como *No Fundo do Poço* (1972) e *Cidadã de Segunda Classe* (1974), de Buchi Emecheta, por exemplo, estão associadas à literatura da diáspora africana, já que foram escritas no Reino Unido. No que se refere à Literatura como estratégia política, a obra de Buchi é capaz de refletir os efeitos físicos e sociais dos deslocamentos da época a partir da sua escrita, um dispositivo capaz de retratar a pressuposta subalternização a que estava exposta a mulher nigeriana nos países oriundos da colonização.

Nos anos 1972, Buchi Emecheta publicou seu primeiro livro, *No Fundo do Poço*, uma obra escrita não em sua primeira, segunda ou terceira língua, mas em sua quarta: o inglês. *No Fundo do Poço* é um romance documental (EMECHETA, 2024, p.112) no qual a autora, por meio do sujeito ficcional de Adah Obi, narra os desafios e acontecimentos cotidianos enfrentados após a separação de seu marido, Francis:

Lendo meu primeiro romance, *No Fundo do Poço*, depois de anos, percebi que usar o nome fictício de Adah Obi, ao invés de Buchi, deu ao livro uma espécie de distância, essa distância deu a impressão de que o livro tinha sido escrito por uma observadora externa (Emecheta, 2024, p.108).

No romance, em completo desamparo, Adah cuida sozinha de cinco filhos ainda pequenos, trabalha meio período e vive em um residencial cedido pelo governo destinado a famílias disfuncionais, imigrantes ou consideradas problemáticas. Em todos esses grupos ela estava inserida. Em sua autobiografia, Buchi Emecheta diz que passou quase todas as semanas de 1970 e 1971 enviando o seu texto na esperança de que ele fosse publicado, mesmo que ainda não fosse

remunerada (Emecheta, 2024, p.115).

De acordo com os críticos ingleses, *No Fundo do Poço* foi o primeiro romance a retratar a classe trabalhadora inglesa pelo ponto de vista de uma estrangeira que morava entre eles. Os amigos ingleses de Buchi o chamavam de “o livro da pobreza de Buchi”, e ela ganhou o apelido de “Heroína da Pobreza” por causa dele. Naquela época, o mercado editorial começou a demonstrar interesse por histórias de imigrantes, principalmente os orientais, narrativas que, por tratarem de sofrimento e superação, despertavam a curiosidade do público, frequentemente atraído pelo “exotismo” dos modos de vida e costumes dessas pessoas. Nesse contexto, depois de diversas recusas dos editores, *No Fundo do Poço* foi publicado com capítulos semanais no jornal britânico *New Statesman*²¹, inicialmente em formato seriado:

O *New Statesman* na época, e em certa medida até hoje, era o jornal socialista, além de ser muito respeitado entre os alunos de sociologia inglesa. [...] Nomes de peso costumavam publicar artigos nele. Então, quando os meus textos começaram a sair, eu me vi quase como um daqueles poetas ingleses de antigamente que diziam ter acordado um dia e de repente se descobriram famosos (Emecheta, 2024, p.122).

Cidadã de Segunda Classe foi escrito entre os anos de 1969 e 1972²² na intenção de trazer embasamento a história escrita em *No Fundo do Poço*, uma obra que os críticos creram ser terrível demais para ser realista, porque não parecia ser possível que uma mulher com acesso à educação e a bons empregos tivesse vivido como Adah Obi viveu. O primeiro momento do romance trata sobre como Adah se distanciou de suas origens pobres por meio da educação e da sua persistência em mudar de vida; o segundo momento é voltado às suas amargas experiências como uma *Cidadã de Segunda Classe* no Reino Unido e sobre como a *Presença* da escrita a salvou. Até ali, segundo a autora, todos os seus livros eram escritos a partir das suas próprias vivências e do estudo das vidas das pessoas ao seu redor. Quando enviou os primeiros trechos do romance aos editores, as devolutivas enviadas a Buchi Emecheta eram de que os trechos eram ininteligíveis; os nomes em igbo eram impronunciáveis; o texto era confuso. Para Bell Hooks (2019), é

²¹ Conhecido por abordar temas de política, cultura e atualidades.

²² Não há nada sobre o ano específico em que Emecheta escreveu *Cidadã de Segunda Classe*. No entanto, considerando o contexto de sua vida pessoal e profissional, é razoável inferir que o livro foi escrito durante os anos citados.

comum escritoras negras assimilarem e elaborarem elementos extraídos de sua vida cotidiana e experiências comunitárias como traços de escrita, pontos de partida autênticos para criar histórias que ressoam com outras mulheres negras e com leitores em geral:

Na minha ingenuidade, fechei os olhos para várias questões: que eu estava escrevendo um livro cujo título seria *Cidadã de Segunda Classe*; que, apesar de ser um trabalho ficcional, ele se baseava bastante nas minhas próprias experiências; e que eu estava me transformando cada vez mais na mulher negro do livro, Adah. Eu era uma *cidadã de segunda classe* (Emecheta, 2024, p. 187).

Zulfiqar Chaudhry (2014) compreende que os romances de Buchi Emecheta refletem as interdições vividas pelas mulheres nigerianas, presas em tradições tendenciosas que reforçam a autoridade dos homens e a misoginia (p. 65). Comumente, para muitas escritoras negras a experiência comunitária não é apenas um pano de fundo, mas sim uma parte constitutiva da identidade. Desse modo, a escrita não se comporta apenas como um ato individual, mas como um testemunho coletivo, no qual histórias pessoais dialogam com as vivências do grupo. Em diálogo, Conceição Evaristo, escritora e intelectual negra, articula o conceito de *escrevivência*, uma escrita que está profundamente vinculada às vivências pessoais e coletivas de pessoas negras, sobretudo mulheres. A *escrevivência* de mulheres negras ultrapassa a escrita convencional, pois carrega a dimensão de memória e ancestralidade:

Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. [...] afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma *escrevivência* (Evaristo, 2016, p. 7).

Em 1975, *Cidadã de Segunda Classe* teve sua estreia pela Allison & Busby, uma editora britânica independente cofundada por Margaret Busby, que se destacou como a primeira mulher negra a dirigir uma editora no Reino Unido. Com maior força no mercado editorial, a obra foi estrategicamente direcionada à crítica, sendo bem recebida e elogiada em resenhas nos principais jornais da época. Em sua autobiografia, Buchi Emecheta comenta que a primeira edição do livro foi desastrosa – e até mesmo ofensiva, já que ela e seus filhos foram retratados como se fossem

caricaturas do *The black and white minstrels show*²³ (Emecheta, 2024, p. 314). Ainda assim, se sentiu grata porque o romance marcou um momento decisivo em seu início de carreira: ela concedeu sua primeira entrevista televisionada; recebeu a maior remuneração como escritora até aquele momento; fez uma fala formal sobre o romance no prestigiado Centro Africano, reconhecimentos que consolidaram a sua presença no cenário literário.

Com a crescente onda do feminismo, mulheres brancas também demonstravam interesse nos infortúnios vividos pela personagem de Adah Obi, um espelhamento das mulheres do Terceiro Mundo. Nesse contexto, ainda em 1975, Buchi Emecheta teve uma participação notável no Ano Internacional da Mulher, com uma palestra que a projetou como uma autora de relevância internacional. Para Said (2011), o resgate de narrativas sobre regiões orientais é importante porque possibilita o deslocamento de uma visão ocidentalizada da literatura e permite que essas histórias sejam re-escritas e narradas pelos indivíduos destes lugares, sendo capazes de oportunizar processos transformativos e decisivos para a subversão de marcadores sociais. O sucesso de *Cidadã de Segunda Classe* representou, nas palavras da própria Buchi Emecheta, o momento em que finalmente deixou de se sentir desconfortável sempre que alguém se referia a ela como uma escritora (Emecheta, 2024, p. 314).

O sucesso comercial e de crítica da obra refletiu a crescente conscientização sobre questões de diversidade na literatura. *Cidadã de Segunda Classe* foi celebrada por sua representação honesta de Adah Obi, que simbolizou a resistência frente às limitações culturais, sociais e raciais mantidas pela sociedade ocidental. O romance ajudou a posicionar Buchi Emecheta como uma voz essencial para a discussão de temas relacionados à experiência de mulheres negras e imigrantes não apenas no contexto nigeriano, mas em diásporas pelo mundo, refletindo uma figura resiliente e autodeterminada, capaz de romper com os estereótipos comuns. Em síntese, determinadas obras, como *Cidadã de Segunda Classe* e *No Fundo do Poço*, contribuem para que haja aproximação do leitor com narrativas de criticidade que buscam a compreensão das experiências e do *não-lugar* em que estão inseridos os grupos marginalizados, em especial as mulheres, com uma escrita permeada por

²³ Programa de televisão britânico exibido pela BBC de 1958 a 1978, amplamente criticado hoje por seu conteúdo racista, uma vez que apresentava artistas brancos com blackface — uma prática em que maquiavam o rosto para imitar estereótipos raciais de pessoas negras de forma caricata.

histórias coletivas, que nasce da experimentação e é atravessada por dores, alegrias e resistências, elementos constituintes de sua *escrevivência*.

2.2 A ESCRITA DE UM NOVO ESPAÇO: ADAH E A DIÁSPORA

O segundo grande ato narrado em *Cidadã de Segunda Classe* está na ida de Adah Obi ao Reino Unido. Seu passado, repleto de adversidades, constitui um nobre combustível para o seu objeto de desejo perpétuo: o acesso à educação universitária. Sob essa intenção, também criada por uma assimilação cultural eurocentrada, passou a vislumbrar e planejar a sua ida à Inglaterra. De modo geral, a vida de Adah era satisfatória na Nigéria. Possuía privilégios e uma realidade favorável quando em comparação às demais mulheres nigerianas de sua faixa etária. Ganhou suficientemente bem para sustentar a sua casa; trabalhou para os americanos; foi mãe e realizou a vontade dos sogros e do seu povo, de forma a amenizar o fato de que recebia muito mais dinheiro do que seu marido, afinal “tudo seria perdoado à mulher que parisse filhos” (p. 38). No entanto, diante das interdições femininas vividas na Nigéria – agravadas pela agenda colonial –, e movida pelo sonho do acesso à educação universitária, a personagem vê no afastamento do país de origem a única possibilidade para ascender social e financeiramente, em busca de se entender sujeito nos espaços sociais que lhe foram negados em razão de seu gênero: os cargos de liderança; os espaços universitários; as decisões relativas à própria vida, já que como indivíduo Adah dispunha de pouca ou nenhuma autonomia:

Adah achava que o melhor seria que ela e o marido, a quem começava a amar, se mudassem para outro lugar, para um país novo, fossem viver entre gente nova. Por isso dirigia orações especiais a Deus, pedindo-Lhe que fizesse *Pa* aprovar a partida deles para o país dos sonhos de Adah, o Reino Unido! Exatamente como *Pa*, ela ainda pronunciava o substantivo Reino Unido num sussurro, até quando falava com Deus a respeito (Emecheta, p. 41, 2018).

Aos olhos de Adah, sua chegada ao Reino Unido seria “o pináculo de suas ambições” (p. 23), levada pela premissa colonialista que vincula a Europa ao avanço do capital e pela possibilidade de se tornar, um dia, uma mulher universitária e

escritora de sucesso. Susan Friedman (2006) reflete sobre as relações de espaço e identidade a partir da *poética do deslocamento*, manifestada quando o ato de partir materializa-se como uma pré-condição à fala, à escrita e à autonomia feminina diante das opressões vividas no lugar de origem. Dessa forma, a autora disserta que, por vezes, o lugar de origem deve ser abandonado para que os novos espaços oportunizem as novas trajetórias, de modo a tornar possível a resignificação do passado e significação do futuro. O traslado das múltiplas experiências e dos legados culturais na condição de deslocamento não é incomum nos textos diaspóricos, afinal o lar é um ponto de partida.

Não de forma incomum, a mobilidade e o movimento se mostraram como potentes propulsores para a iniciação nas experiências literárias: peregrinos; comerciantes; navegantes; marinheiros são figuras presentes na literatura e as quais ficcionalizam suas narrativas desde o início dos tempos. Para Walter (2011), a diáspora conceitua-se como um termo que sinaliza a presença de um grupo de pessoas; um estado histórico; um entre-lugar geográfico e temporal (p. 11). No mundo globalizado, faz-se imprescindível a compreensão de que o deslocamento espacial não necessariamente significa um deslocamento identitário, mas, de acordo com Susan Friedman (2006), a diáspora facilita para que as condições de opressão do lugar de origem sejam vistas com distanciamento e criticidade, o que oportuniza a subjetividade do indivíduo no novo espaço, oferece novas maneiras de observar e, conseqüentemente, de criar.

Em diálogo, bell hooks afirma que, às vezes, quando o indivíduo conhece somente o estranhamento e a alienação, vê que o lar não está em lugar nenhum, já que o significado de “lar” pode ser mutável diante da própria experiência de descolonização, radicalização:

Quando é assim, a casa não é mais um único lugar. São localizações. O lar é aquele local que possibilita e promove perspectivas variadas e mutáveis, um lugar onde se descobre novas formas de ver a realidade, fronteiras da diferença (Hooks, 2019, p. 285-286).

Precipuamente, tal perspectiva aproxima-se de Friedman (2006) quando a autora reitera que a poética do deslocamento transforma o lar em um “não lugar”, um espaço que, ao se tornar algo sempre por *devir*, materializa-se como a fonte do discurso e da escrita (p. 192-205). Nessa perspectiva, o conceito de *lar* na diáspora

conota a ambiguidade dos sentidos, visto que ao passo em que possibilita a remodelação da identidade do indivíduo, também desperta sentimentos de deslocamento, insegurança, solidão e horror, os quais encontram materialização no espaço de representação literária, muito ligado à escrita.

Historicamente, o conceito de diáspora está atrelado à perda do país natal e ao desejo de retorno. No entanto, contemporaneamente, com o crescimento de culturas migratórias, o termo delinea novas formas, “significa menos um estado/vida entre lugares geográficos, conotando, de maneira mais abrangente (e talvez de forma menos concreta), um vaivém entre lugares, tempos, culturas e epistemes” (Walter, 2011, p. 11). A existência diaspórica, portanto, é fluida, marcada por múltiplos estímulos e elementos culturais, capaz de redefinir estruturas até o momento consideradas como estáveis. Conforme Stuart Hall (2005), a diáspora africana, especificamente, não está mais atrelada à ideia de tribos que, sustentadas pelo saudosismo e desejo de retorno, possuem identidades unicamente atreladas à “terra sagrada”, o lugar para onde devem ansiar voltar a qualquer custo:

A meu ver, a experiência diaspórica é definida, não por essência ou pureza, mas pelo reconhecimento de uma heterogeneidade e diversidade necessária; por uma concepção de “identidade” que vive não apesar, mas com e através da diferença; por hibridismo (Hall, 2005, p.12, aspas do autor).

Para Ashcroft, “o lugar é um resultado de habitação, uma consequência dos modos como as pessoas vivem num espaço” (Ashcroft, 2001, p.156 *apud* Walter, 2011, p. 11). Nesse ínterim, se “as identidades diaspóricas são aquelas que constantemente se produzem e reproduzem de novo por meio de transformação e diferença” (Hall, 2005, p.13), o mito e o desejo de retorno podem ser superados pelos sujeitos diante da *diasporização* e da reconfiguração da identidade. Nesse contexto, ao discutir a questão da identidade na pós-modernidade, Stuart Hall (2005) conceitua algumas das especificidades na reconfiguração do indivíduo contemporâneo:

A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente (Hall, 2005, p. 12-13, aspas do autor).

Hall (2004) declara ser “impossível ‘voltar para casa’ de novo”, ao considerar que o lar imaginado nunca mais será o mesmo após a diáspora, visto que uma cultura nunca se repete perfeitamente longe de casa (p. 416), não há condições necessárias para tal. Dito isto, é possível observarmos o processo ritualístico por trás das narrativas diaspóricas, que encara replicação e performance como rituais de pertencimento no novo espaço.

Ao considerarmos a linguagem como um dos fatores de humanização, percebemos que na obra *Cidadã de Segunda Classe*, uma das primeiras implicações sentidas por Adah e sua família em diáspora é a nebulosidade da comunicação. Titi, sua filha mais nova, se viu duramente condicionada a falar Inglês, língua de “maior valor”, sob a justificativa de que iria ser integrada com mais facilidade em meio às outras crianças da creche. A menina, ainda uma criança, não foi capaz de dominar o uso do Inglês tão precocemente e se manteve em silêncio por semanas sob o entendimento de que se comunicar em igbo seria uma marca do retrocesso, crença reforçada por todos ao seu redor.

À vista disso, percebemos que a partir do ideal de superioridade cultural a que o povo colonizado é condicionado a atribuir ao colonizador, traços culturais e identitários se perdem, condicionando, assim, a um processo de *ocidentalização* (Hall, 2005), o qual, segundo Hall, raramente é evitado:

Era esse o resultado da Nigéria ter sido governada durante tanto tempo pelos ingleses. A inteligência da pessoa era avaliada pela forma como ela falava inglês. Mas não importava nem um pouco se os ingleses eram capazes ou não de falar as línguas dos povos que governavam. Essa exigência teve um efeito terrível sobre a pequena Titi. Mais tarde ela superou sua dificuldade em falar, mas já estava com bem mais de seis anos quando conseguiu dominar suficientemente uma das línguas para ser capaz de produzir uma conversa inteligente (Emecheta, 2018, p. 78-79).

Nesse ponto de vista, Judith Butler (1997) nos apresenta o conceito de *performatividade*, inicialmente um aspecto referido exclusivamente às relações de gênero, mas posteriormente também relacionado à linguagem e reivindicação de direitos, aspectos sócio-políticos desdobrados em torno do performático. De acordo com a autora, no âmbito cultural, a reprodução de atos, gestos e signos é intencional

e ocorre como uma tentativa de encaixe e aceitação social. Assim, a linguagem, relacionada à identidade, envolve a formação social da subjetividade e do corpo:

Alguém vem a existir pela dependência fundamental do endereçamento do Outro. Alguém existe não apenas pelo fato de ser reconhecido, mas em sentido anterior, em ser reconhecível. Os termos que promovem o reconhecimento são estes mesmos convencionais, os efeitos e instrumentos de um ritual social que determina, frequentemente através da exclusão e da violência, as condições linguísticas da possibilidade de sobrevivência dos sujeitos (Butler, 1997, p. 05).

Nesse sentido, ainda que o sujeito pós-moderno esteja diante de uma identidade híbrida frente aos estímulos culturais (Hall, 2005, p. 13), em situações de diáspora ocorrem esfacelamentos culturais que possuem, além das questões de raça e gênero, a necessidade de integração ao país como uma problemática central.

Especificamente quanto à diáspora africana, Roland Walter (2011) destrincha o conceito de '*performace*' diaspórica, segundo ele, alicerçada na história da escravidão transatlântica, bem como no imperialismo e (neo)colonialismo. Com a migração, ratifica Walter, os afrodescendentes têm estado frente a constantes mudanças em suas formas de agir, seus costumes e pontos de vista. "A performance de diferentes locais e posições identitárias, portanto, significa uma existência intervalar caracterizada por identidades e relações fluidas e dinâmicas" (p.16), em que identidades culturais são variáveis e transitórias, passíveis aos estímulos e aos atravessamentos culturais do meio em que o sujeito está inserido, fato que perpassa a construção de estereótipos e replicação de comportamentos do âmbito cultural.

A intelectual Lélia Gonzalez (2020) relaciona o impacto de tais atravessamentos culturais e da desintegração dessas identidades quanto à violência do racismo, que despoja as pessoas negras de seus legados históricos, do conceito de dignidade e de suas contribuições para o avanço da humanidade. Com o senso de valor dos grupos marginalizados comprometido, a alienação colonial faz parecerem superiores os traços, os costumes e as classificações eurocêntricas, visando à perpetuação da exploração e opressão. Em outras palavras, a valorização da cultura europeia se fortalece a partir da desvalorização das culturas orientais.

Em sua narrativa, Buchi Emecheta descreve as percepções da personagem Adah quanto à integração dos elementos da cultura ocidental e os seus impactos

para os nigerianos. A partir da superioridade cultural a que o povo colonizado é condicionado a atribuir ao colonizador, traços identitários e culturais das culturas orientais se destituem e se confundem no espaço-cultural em meio às cosmovisões ocidentais.

Na obra, Adah percebe-se imersa em um constante conflito de crenças ao constatar que o imaginário acerca dos brancos construído na Nigéria colonial era idealizado e irrealista: as pessoas brancas também eram falhas e cometiam erros. Até ali, a protagonista não enxergava a paridade entre os seres humanos, estava certa de que “o conceito de ‘brancura acobertava um sem-número de pecados” (Emecheta, 2018, p. 68), corroborando a caracterização de que o colonizado está inferior a tudo diante de seu colonizador. Zilá Bernd (1987) argumenta que a tendência a assimilar a cultura europeia entre os povos negros colonizados tanto na África quanto nas Américas – se alienando dos valores e das tradições do país de origem – teve origem na contrapartida da Negritude, a qual tem o ensejo do reencontro de uma identidade perdida, “o desejo de opor ressurreição à assimilação” (p. 25). De modo semelhante, Fanon (2000), ao citar as relações entre negros e brancos pautadas pelo racismo, disserta que o desejo de assimilação está ligado ao que ele chama de “máscaras brancas”, um movimento estrategicamente utilizado pelo povo negro para ascender socialmente ao assumir os elementos culturais do povo branco. Deste modo, os colonizados se tornam parte integrante da história do colonizador.

Entretanto, assimilar e replicar os elementos culturais da cultura ocidental não garante que o senso de pertencimento seja, de fato, desenvolvido. Em *Cidadã de Segunda Classe*, Buchi Emecheta aponta, gradativamente, para como a autovalorização de Adah é minada à medida que situações de racismo e xenofobia se tornam frequentes no novo espaço. Com o passar do tempo, a *Presença*, que antes comumente a acompanhava, dissipa-se. Isso porque ainda que exposta às mais diversas opressões de gênero, a personagem jamais vira os efeitos do racismo na Nigéria, visto que, mesmo sob os infortúnios da colonização, em seu país não se sentia parte de uma raça inferior. Na Inglaterra, no entanto, Adah não é capaz de residir ou transitar com dignidade, o estigma de ser mulher; negra; nigeriana; ibgo e imigrante é um mecanismo de exclusão social que delimita os direitos básicos aos quais têm acesso. Após inúmeras recusas à procura de um lar físico, a personagem não está mais preocupada com ruínas ou demolição, compreende que a

insalubridade diminuiria as chances de rejeição a ela e sua família.

Além das violências coloniais, Adah é hostilizada e violentada psicologicamente também por seus conterrâneos ao buscar viver dignamente: recusar subempregos; não relegar os seus filhos à adoção; engravidar. Os demais nigerianos sentiam-se humilhados e desafiados ao não partilharem das mesmas oportunidades, já que além das limitações trazidas pelo racismo, o acesso à educação não foi o suficiente para a obtenção de empregos dignos. Por serem igbos e imigrantes, era inaceitável que Adah e sua família não aceitassem viver conforme o esperado. Eles eram, afinal, *cidadãos de segunda classe*:

Na rua Ashdown os vizinhos começavam a cantar assim que viam Adah se aproximar. A maioria das canções era sobre o fato de que ela e o marido em breve teriam de ir morar na rua. Quando isso acontecesse, qual seria a utilidade da instrução de Adah? Perguntavam as canções. Quando isso acontecesse, para quem ela ia exibir os filhos? (Emecheta, 2018, p. 106).

Na diáspora contemporânea, além da perda físico-afetiva do lar, há o apagamento do status político de cidadão em função das políticas anti-imigrações, que fazem a manutenção de todo o racismo e da xenofobia social, responsáveis pela morte social e física de indivíduos imigrantes, que os afasta do senso de dignidade e do bem-viver. A partir da retomada de uma consciência historiográfica, depreende-se que a escrita também suscita a narração de tais violências vividas na diáspora contemporânea, a exemplo das políticas anti-imigrações e dos dispositivos necropolíticos (Mbembe, 2016) utilizados pelo Estado, que dificultam a entrada e a permanência de imigrantes em países de primeiro mundo. Achille Mbembe (2016) afirma que a expressão máxima da soberania vai muito além da biopolítica – conceituada por Foucault (2008) como o poder exercido pelo Estado na regulação de todos os aspectos da existência, como saúde, sexualidade e educação – para que uma relação de dominância seja estabelecida.

Nesse ínterim, Achille Mbembe (2016) argumenta que a noção de biopoder é insuficiente, contemporaneamente, para abranger e explicar as mais diversas formas de subjugação da vida ao poder da morte: “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 123). Assim, “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (p. 135, aspas do

autor), soberania que se faz presente no projeto político racista do Estado, com a precarização dos direitos básicos e com o extermínio dos representados historicamente como grupos minoritários. Em síntese, compreendemos que alienação do negro colonizado não é uma questão individual, mas sim um fenômeno socialmente construído, um importante operador do colonialismo.

Em perspectiva de enfrentamento ao *fundo do poço* – imersa em opressões culturais, raciais e de gênero; em um casamento violento; em repetidas gravidezes inesperadas ainda aos 24 anos, Adah Obi alicerça as suas esperanças para dias melhores na literatura. De leitora assídua a escritora experimental, a personagem promove a sua independência a partir do desejo da escrita, “sua criação, seu filho” (Emecheta, 2018, p. 241).

Nesse sentido, ao se referir sobre o processo de escrita na diáspora, Sneja Gunew (2008) nos apresenta a *escrita de diáspora* como uma prática literária capaz de elucidar as marcas de deslocamentos sofridas por mulheres que migram de seus países originários, de forma a narrar e demarcar os conflitos entre a tradição do país de origem e as dinâmicas do novo espaço. Desse modo, além de um meio possível para demarcar as violências sofridas no novo espaço, a escrita de diáspora também pode ser uma prática capaz de elucidar os conflitos trazidos com a imigração, como os choques culturais entre o país originário e o espaço diaspórico (Gunew, 2011).

Para Fanon (2008), “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que esta linguagem expressa e que lhe é implícito.” (p.34). O autor desenvolve a tese de que o fenômeno da linguagem é de fundamental importância para que se compreenda a dimensão para-o-outro do corpo do homem de cor, pois para ele “[...] falar é existir absolutamente para o outro.” (p. 33). Através da fala, afirma Fanon (2008), o sujeito assume uma cultura e suporta o peso de uma civilização. Isto porque há uma potência no domínio da linguagem capaz de desestruturar ou nutrir aspectos culturais, de forma que o processo de aceitação ou esfacelamento da identidade perpassa, também, pelo domínio da linguagem.

De acordo com Eva Hoffman, em “The New Nomads” (1999), sair do seu lugar de origem custa o sofrimento que se vivencia, mas há o lado positivo da experiência do distanciamento, a criatividade:

Estar ‘desemoldurado’, por assim dizer, de tudo que é familiar, gera certo desligamento fértil e oferece novas maneiras de observar... O distanciamento do passado, somado ao sentimento de perda e de

desejo, pode ser um estímulo maravilhoso para a escrita (Hoffman, 1999, p.50-51, aspas do autor)²⁴.

Reitera-se, dessa forma, que no espaço literário da diáspora o deslocamento é tido como uma potente mola propulsora para o ato de criação, principalmente em contextos de marginalização e subalternidade, em que a *memória* é o único resguardo oportuno para os indivíduos. Com efeito, a partir da linguagem e a fim de conquistar autonomia e escapar do sistema de dominação que acomete mulheres imigrantes, Adah Obi faz da língua do colonizador um recurso ao sujeito colonizado, capaz de narrar, por meio da ficção, os cerceamentos culturais vivenciados pela mulher igbo frente ao patriarcalismo tribal: a escrita de um livro, em inglês, intitulado Dote de esposa. *A Presença*, agora, substancializa-se.

2.3 MISE EN AYME E AUTOFICÇÃO EM *CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE*

A obra *Cidadã de Segunda Classe*, embora conte com elementos e contextos psicossociais e socioculturais, é expressivamente direcionada ao papel da escrita na produção da identidade de Buchi Emecheta, de modo que a autora propositalmente articula os elementos ficcionais com as próprias experiências de vida em diferentes cenários e contextos, como os cerceamentos do patriarcalismo tribal na Nigéria pré-colonial; as violências conhecidas pela mulher igbo em diáspora; as experiências da escrita e o seu processo de assimilação como escritora. Em uma pequena biografia da autora, publicada pela editora Dublinense, há que: “os dois primeiros romances de Emecheta são de caráter autobiográfico com alguns elementos ficcionais, as obras subsequentes apresentam um tom de resgate histórico” (Dublinense, 2019).

Em uma perspectiva histórica sobre as teorias da autobiografia e autoficção, o texto "O pacto autobiográfico" de Philippe Lejeune foi publicado originalmente na revista *Poétique*, em 1975, pela Seuil. Nele, Lejeune analisa o gênero autobiografia e estabelece a presença de um contrato, uma espécie de *pacto* firmado entre autor-narrador, personagem e leitor, no qual o nome do autor, narrador e do personagem

²⁴“Being deframed, so to speak, from everything familiar, makes for a certain fertile detachment and gives one new ways of observing... The distancing from the past, combined with the sense of loss and yearning, can be a wonderful stimulus to writing”.

não devem coincidir nas narrativas de ficção. Com a repercussão das proposições de Lejeune, diversas replicações de “O pacto autobiográfico” são observadas, dentre elas surge o primeiro registro do neologismo autoficção como gênero narrativo, teorizado por Serge Doubrovsky no ano de 1977, em resposta às indagações de Lejeune sobre a possibilidade de um romance cujo nome de seu autor estivesse presente. Desconforme à autobiografia, de acordo com Doubrovsky (1977), em que os fatos são tecidos com precisão e narrados desde a infância, a autoficção é um recorte, um fragmento de diferentes fases do autor, não necessariamente cronológicas. Assim, a autoficção seria uma “variante ‘pós-moderna’ da autobiografia” (aspas do autor), “reconstrução arbitrária e literária de fragmentos esparsos de memória” (Doubrovsky, 1977 *apud* Vilain, 2005, p.21). Como seu maior trunfo, não é primordial o preenchimento de possíveis espaços vazios na narrativa, causados pela fragmentação da memória ou pelas percepções confusas sobre si próprio, nela se encontra o espaço oportuno para a subjetividade, bem como ferramentas alternativas na contação das histórias: há o sujeito real e sua versão ficcional.

Essa gama de possibilidades despontou críticas das mais diversas, inclusive vindas do próprio Lejeune, que passou a considerar a autoficção como um gênero evocado de forma indiscriminada e sem uma estrutura sólida. Segundo o autor, a autoficção seria como uma vassoura que recolhe e junta os mais diversos elementos (Lejeune, 2005, p. 170). Em conformidade com Doubrovsky (1977), de modo geral, para haver autoficção, autor, personagem e narrador devem ser pariformes, e este é um risco que deve ser assumido pelo autor durante a narração dos fatos (*apud* Vilain, 2005, p. 205).

Conforme os Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP), *Cidadã de Segunda Classe* é tido como 1. Literatura Africana; 2. Romances Africanos. Como pôde ser notado, não há alusão ao romance ser uma autobiografia, tampouco uma autoficção. Mesmo sem haver a circulação de registros formais em que a obra seja classificada como uma fragmentação ficcional de sua vida, em *Cabeça Fora D'Água*, Buchi Emecheta afirma que *Cidadã de Segunda Classe* é, sim, um trabalho autobiográfico, embora ela só descobrisse isso anos após o seu lançamento, porque “apesar de ser um trabalho ficcional, ele se baseava bastante nas suas próprias experiências” (Emecheta, 2024, p. 187). É unânime entre os estudiosos que a obra emechetiana transita entre realidade e ficção sem que a fenda

cronológica do tempo ou a verossimilhança dos acontecimentos estejam no âmago da narração dos fatos. Em seu artigo “Buchi Emecheta: a força em sua obra memorialística”, Geandra Côrtes e Émile Andrade (2020) afirmam:

A escritora Buchi Emecheta nos apresenta em seus três romances traduzidos no Brasil, *No fundo do poço*, *Cidadã de segunda classe* e *As alegrias da maternidade*, ficções com traços memorialísticos. Os dois primeiros são autobiográficos, mantendo inclusive a mesma personagem principal, Adah. Já o terceiro é escrito em um momento de dor, onde uma das filhas da escritora decide ir morar com o pai, aquele mesmo que renegou a paternidade (Côrtes; Andrade, 2020, p.5).

Entendemos, dessa forma, que a biografia de Buchi Emecheta é fragmentada e ficcionalizada a partir de sua obra, em que as memórias são recriadas através da escrita. Isso se torna possível, porque a autoficção, como comunica Eurídice Figueiredo (2013), não tem compromisso com a verdade, “é uma ficção que se inspira e joga, livremente, com os biografemas” (p.73), o que, conforme a autora, oportuniza narrativizar a vida, criando um *duplo de si*. Em síntese, há a liberdade narrativa e a possibilidade de conjurar a alteridade do ser fictício. Sobre a autoficção de autoria feminina, ainda, Figueiredo (2013) afirma que a escrita parece “querer compartilhar menos o prazer – quase sempre ausente – e mais suas angústias” (p.72). Para a autora:

A autoficção feminina reflete mais uma vez os impasses existentes em relações desiguais que as mulheres têm com os homens em nossa sociedade. A diferença importante em relação ao passado é que agora são as mulheres que têm acesso à escrita e à publicação e que narram assim sua vida de intelectuais que devem fazer face à sua condição (Figueiredo, 2013, p.101).

Em conformidade, também compreendemos as narrativas autoficcionais como oportunas para a criação de subjetividades do autor, uma expressão frutífera especialmente para as mulheres e os grupos marginalizados. Em *Cidadã de Segunda Classe*, obra datada de 1974, o romance *The Bride Price* é citado no enredo como o primeiro manuscrito escrito pela personagem Adah, fruto de suas pesquisas como bibliotecária e de sua disposição de espírito, quando, num ímpeto de euforia, comprou quatro cadernos escolares, um exemplar chamado *Como escrever bem* e se pôs a registrar suas ideias nos intervalos do trabalho e durante o

sono das crianças. Um dos momentos mais impactantes em *Cidadã de Segunda Classe* é a destruição dos cadernos de Adah pelo seu marido, Francis, que os queimou sob a justificativa de que ter uma mulher escritora envergonharia a sua família na Nigéria.

The Bride Price é descrito por Adah como um livro “super-romantizado” (p.239), sua primeira tentativa literária, repleta de sentimentos românticos hiperbólicos, uma história de amor em que a personagem depositou os desejos daquilo que sonhava ter em seu casamento com Francis:

Quando chegou ao fim e leu o texto inteiro, percebeu que não tinha uma mensagem com “M” maiúsculo para oferecer ao mundo porque o livro estava cheio de cenas com o sentimento adolescente, enjoativo, do amor (...) Ao escrever se desligava de tudo o mais, exceto das crianças (Emecheta, 2018, p.239).

No ano de 1976, dois anos após o lançamento de *Cidadã de Segunda Classe*, há a circulação da obra *The bride price* no mundo editorial, materializada pelo sujeito real de Buchi Emecheta. A obra, que havia sido queimada anos antes pelo seu marido, Sylvester, foi reescrita em 1974 e traz um resgate histórico, escrito em língua inglesa, que conta a história de Aku-nna, jovem igbo natural de Ibuza que enfrenta as rígidas tradições patriarcais de seu povo ao se apaixonar por um descendente de escravizados, fato considerado uma afronta à cultura dos igbos. A culpa por se opor à tradição e aos costumes é capaz de matar Aku-nna quando ela estava prestes a dar à luz ao seu primeiro filho.

A narrativa de *The bride price* nos escancara violências às quais jovens igbos estavam sujeitas na Nigéria pré-colonial e aproxima o leitor da realidade vivida pela autora em sua primeira infância, também sendo natural de Ibuza, momento anterior à chegada dos colonizadores e no qual, conseqüentemente, a força dos costumes e das tradições era implacável. Como uma sucessão de espelhamentos entre Buchi Emecheta e suas suas personagens, a crueldade de Sylvester ao queimar os manuscritos se mostrou como um estímulo para que a autora considerasse a separação, ainda que fosse uma afronta à sua tradição e aos seus costumes. Se Sylvester era capaz de *matar* a sua criação, ele também seria capaz de matá-la. Ainda assim, em *Cabeça Fora D'Água*, Buchi revela que a culpa por não ter conseguido manter o casamento nunca a abandonou, a mesma culpa que levou Aku-nna ao seu leito de morte e esteve ao lado de Adah Obi até o fim de sua

história, um dispositivo de controle psicológico para meninas e mulheres nigerianas que se mantém mesmo diante da modernização:

Foi assim que Chike e Aku-nna comprovaram a superstição tradicional de que eles tinham inadvertidamente se proposto a erradicar. A todas as garotas nascidas em Ibuza depois da morte de Aku-nna contavam a história dele para reforçar os velhos tabus da terra. Se uma garota quisesse uma vida longa para ver os filhos dos seus filhos, ela tinha que aceitar o marido que sua gente escolhia para ela, e o preço de noiva deveria ser pago. Se o preço da noiva não fosse pago, ela nunca sobreviveria ao parto do primeiro filho (Emecheta, 2020, p. 215-216).

No percurso literário emechetiano, comumente notamos a presença das narrativas encaixadas como uma estratégia de narração, fenômeno no qual uma narrativa se alimenta e se remete à outra, numa série de reflexos (Todorov, 1969, p. 132). Assim, de modo semelhante à história da personagem Adah, protagonista retomada na obra *No fundo do Poço* (1972), o início dos conflitos na vida da jovem Aku-nna também se desencadeiam a partir da morte de seu pai, Ezediel Odia:

‘Não temos mais pai. Não haverá mais escola para mim. Acabou.’
(...) Nosso pai não o chamou justamente de Nna-nndo, significando “pai é abrigo”? Então não apenas perdemos nosso pai, nós perdemos nossa vida, nosso abrigo (Emecheta, 2020, p.38, aspas da autora).

O desconsolo pela falta da figura paterna se materializa mais uma vez, dessa vez na narrativa de *As alegrias da maternidade* (2018), com a morte de Agbadi, o último dos caçadores e pai de Nnu Ego:

‘Adeus, pai, último dos caçadores. Mas volte. Volte para mim e me console desta perda. Adeus pai’. Em seguida soltou um grito forte para dizer ao mundo que o pai, um dos caçadores mais valentes que o mundo já conheceria, o amante mais extraordinário, o mais nobre e gentil de todos os pais, se fora (Emecheta, 2018, p.218, aspas da autora).

Muito mais do que o luto, o sentimento de desamparo por ser somente uma “menina” e viver sem o resguardo paterno é corriqueiramente visto nas narrativas emechetianas e acompanha suas personagens femininas em narrativas históricas ou autoficcionais. Não obstante, a desigualdade de gênero e subvalorização das mulheres nigerianas estão por trás desse cenário, ao considerarmos que a mãe é

apenas uma mulher sob a tradição igbo, convenção social retomada no percurso literário da autora, que se ocupa de viabilizar ao leitor fatos que contribuem para a compreensão do contexto cultural e social em que a obra está inserida. Na Nigéria em que Buchi Emecheta cresceu, uma família sem pai é uma família sem cabeça e sem abrigo, não existe família onde há apenas uma mãe (Emecheta, 2020, p. 38). A relação que se estabelece entre as personagens emechetianas, nesse sentido, é análoga àquela vivida pela autora, que teve a primeira infância e a juventude tomadas pela pobreza e subnutrição após a morte prematura de seu pai, aos 8 anos. Como a maioria das meninas órfãs, passou a morar com o irmão mais velho de sua mãe e trabalhou como doméstica para ele. A partir da personagem Adah, Buchi Emecheta ficcionaliza a memória na narrativa:

Ninguém estava interessado nela enquanto pessoa, somente no dinheiro que ela poderia obter e nos trabalhos domésticos que poderia realizar, e Adah, feliz por receber essa oportunidade, não desperdiçava seu tempo refletindo sobre os acertos e os erros do assunto (Emecheta, 2018, p.29).

Para Todorov (1969), a noção das narrativas encaixadas é percebida quando uma história secundária é integrada em uma primeira narrativa, de modo que uma história se torna o prolongamento de outra. De acordo com o autor, tais narrativas devem ser capazes de alimentar uma a outra, de forma a se refletirem:

Contando a história de uma outra narrativa, a primeira atinge seu tema essencial e, ao mesmo tempo, se reflete nessa imagem de si mesma; a narrativa encaixada é ao mesmo tempo a imagem dessa grande narrativa abstrata da qual todas as outras são apenas partes ínfimas, e também da narrativa encaixante, que a precede diretamente. Ser a narrativa de uma narrativa é o destino de toda narrativa que se realiza através do encaixe (Todorov, 1969, p. 125).

À vista disso, há um enunciado que significa e o seu reflexo, que meta-significa, em que o segundo é parasitário do primeiro (Dällenbach, 1979, p.59). Além da perspectiva de histórias que se encaixam e complementam uma à outra no plano narrativo, nas narrativas encaixadas é possível percebermos, também, a presença do deslocamento dos personagens entre os textos, descentralizando a história principal. Como citamos anteriormente, no romance *No fundo do poço (1972)*²⁵, a personagem Adah Obi se encontra mais uma vez na protagonização do enredo. A

²⁵ Obra escrita por Emecheta em memória de seu pai, Jeremy Emecheta.

obra é uma continuação da série de infortúnios vividos pela personagem na cidade de Londres, embora tenha sido escrito dois anos antes de *Cidadã de Segunda Classe*, como se fizesse necessário voltar para ir. A organização da narrativa se deu a partir de artigos que foram escritos pela autora enquanto trabalhou como colunista do periódico inglês *New Statesman*, no qual escrevia sobre suas experiências pessoais. Desse modo, a presença da metalinguagem em *Cidadã de Segunda Classe* nos direciona para outro fenômeno narrativo complementar ao das narrativas encaixadas: a *mise en abyme*, um espelhamento no qual ocorre a duplicação do objeto.

Mise en abyme, ou o fenômeno das narrativas em abismo, é um conceito proposto por André Gide, datado de 1893, usado para se referir à reprodução da imagem de um brasão dentro do próprio brasão. Posteriormente, sua concepção foi ampliada e teorizada por Lucien Dällenbach, prosseguidor de Gide, que a definiu como a duplicação de uma imagem ou um objeto. As narrativas em abismo são procedimentos especulares de duplicação e podem ser vistos nas mais variadas expressões artísticas: a literatura, o audiovisual, a pintura. De acordo com Dällenbach (1979), o fenômeno da *Mise en abyme* funciona, de fato, como um espelho. As bonecas russas, conhecidas como *matrioskas*, a exemplo, são excelentes materializações dessas práticas conscientes de duplicação. Ainda no que tange à circulação da *mise en abyme* nas artes, as pragmáticas obras *Casal Arnolfini* (1434) de Van Eyck, pintor flamengo, e *As meninas* (1656) de Diego Velázquez, artista espanhol, se configuram como potentes referências no jogo das refletividades. Na primeira, há a presença de um espelho convexo que sinaliza a aparição dos convidados ao casamento e do próprio pintor. Na segunda, há a autorrepresentação de seu criador, Velázquez, no momento exato de sua criação, construção feita a partir do direcionamento do olhar do autor.

No campo dos estudos literários contemporâneos, as narrativas encaixadas também são estratégias comumente utilizadas pelos autores para a reprodução de reflexividade e espelhamento. Em *O segredo da alegria* (1992), Alice Walker narra a história de Tashi, heroína africana que a partir de seu desejo de honrar as tradições decide buscar a prática da mutilação genital. A personagem tem sua primeira aparição em *A cor púrpura* (1986), representando o povo ficcional de Olinka. Posteriormente, reaparece em *O templo dos meus familiares* (1989), romance que ensaia um retorno ao cenário original de *A cor púrpura*, com a retomada de

personagens e acontecimentos. Em *O segredo da alegria* (1992), Alice Walker afirma que a presença de Tashi acontece para gerar reflexão sobre a prática da mutilação genital feminina em alguns países da África:

Durante as filmagens de *A cor púrpura* foi feito um esforço louvável para contratar africanos para interpretar os papéis. A jovem que interpretou Tashi, e que aparece apenas em vislumbre na tela, era uma africana do Quênia (...) Vê-la me fez visualizar vividamente a Tashi do meu livro (...) Enquanto aquela jovem era levada de avião para Los Angeles, garotinhas eram mutiladas com cacos de vidro sujos, tampas de lata, navalhas enferrujadas (Walker, 2023, p. 216).

De acordo com Walter Benjamin (2000), estruturas como essas são organizadas de modo consciente, ao considerar que toda narrativa possui uma dimensão de utilidade para o seu autor, seja ela moral, psicológica ou social:

(...) isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos (Benjamin, 1994, p. 200).

Nessa perspectiva, ao traçarmos um paralelo entre *Cidadã de Segunda Classe* e a capacidade de gerar gatilho e reflexão quanto ao processo de escrita, mais especificamente, destacamos a frágil barreira que distancia ficção e realidade ao nos depararmos com a menção de honra feita às obras do romancista William Wordsworth (1770 – 1850), um dos precursores do Romantismo na Inglaterra, pela personagem Adah durante o seu reconhecimento como escritora. A partir da leitura das obras de Wordsworth, a protagonista passa a conceber o ato de escrever como algo grandioso e admirável, para o qual direciona e aguça o olhar:

Ela podia nunca vir a ser uma poeta famosa como Wordsworth, pois ele era um grandíssimo poeta, mas Adah haveria de treinar a si mesma para admirar o canto dos pássaros, mesmo que turbulentos, a apreciar a beleza das flores, por mais exagerado que fosse o aroma (Emecheta, 2018, p. 204).

Este mesmo percurso foi feito pelo sujeito real de Buchi Emecheta, também em seu processo inicial de escrita. Ao iluminarmos as inscrições das micronarrativas imbuídas na narrativa principal do romance, se torna oportuno concebermos as intermitentes fragmentações que se fazem presentes como um traço criativo de *mise*

en abyme disposto na obra emechetiana, o qual é capaz de desencadear narrativas não-lineares que se contrapõem às narrativas clássicas. Nesse sentido, *Cidadã de Segunda Classe*, por intermédio da autoficcionalização, traz um jogo narrativo que faculta significações: presença dos contextos históricos; singularidade dos espelhamentos entre as obras; transgressão à memória linear; duplicação de si. Conforme Geyvson Varjão e Fernando de Mendonça (2020), em seu artigo “A construção narrativa em abismo, em O lobo da estepe”, um texto *en abyme* transcende temporalidades, realidades e paradigmas textuais, por isso é inserido ao campo dialógico, ainda que sua maior expressão seja *ad infinitum*.

Em uma linha de raciocínio semelhante, compreendemos que a obra em questão, a partir do fenômeno da *mise en abyme* e da autoficção, nos oportuniza ver o que está por trás das linhas e delinea encadeamentos que se vinculam diretamente às demais obras de Buchi Emecheta, bem como a sua biografia, vida e obra, sendo capazes de prefigurar pontos de vistas pessoais e intimistas da autora que estão alicerçados no princípio da autorreferencialidade.

3. A ESCRITA COMO *PRESENÇA* NA OBRA *CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE*

3.1 A PERSONIFICAÇÃO DA *PRESENÇA*

Em *Cidadã de Segunda Classe*, “tudo começa como um sonho” (p. 11). As palavras de Adah, que de forma inaugural anunciam o primeiro capítulo do romance, nos conduzem para o despertar existencial da personagem, uma autodescoberta acontecida ainda na infância e vivida durante a Segunda Guerra Mundial, contraditoriamente um cenário em que os sonhos, quaisquer, não tinham espaço para serem prósperos ou frutíferos. Desde muito jovem, Adah pressentia ser vista como um incômodo em sua comunidade por ser mais uma menina sem grandes desígnios. Por isso, idealizar uma realidade menos dolorosa não era apenas uma fantasia, mas uma prerrogativa para a construção de sua trajetória como indivíduo. Nessas circunstâncias, ainda no primeiro capítulo do romance, o tom onírico que o permeia nos expõe à aparição da *Presença*. Nomeada por Adah, é marcada por uma personificação sutil na linguagem, com o uso de maiúsculas, e se manifesta nos momentos em que a força pessoal da personagem é revigorada: ao tomar decisões por si mesma; ouvir a sua intuição; ao desenvolver as suas qualidades; engajar as suas habilidades sociais:

Tudo começara como um sonho. Sabe, aquele tipo de sonho que parece que sai de lugar nenhum, mas que sempre soubemos que existia. Dava para senti-lo, ele podia até dirigir nossos atos; primeiro de forma inconsciente, até virar uma realidade, uma *Presença* (Emecheta, 2018, p. 12, grifo da autora).

Durante a infância, a aparição da *Presença* se personifica em sua primeira ida à escola, quando fugiu de casa por um descuido de sua mãe, nesse momento “a sorte estava com ela” (p. 15). A narração da protagonista nos leva a crer que uma força a impulsiona para o desejo de estudar e aprender, únicas possibilidades para a mobilidade social e econômica do povo igbo, mas muito distantes da sua realidade de gênero em uma Nigéria patriarcalista. Em diversos trechos do capítulo, durante a sua estadia na escola, Adah é capaz de visualizar a *Presença* em sua matéria, ainda que não sejam descritas características visuais suficientes para revelar sua aparência ou forma de manifestação. Uma das menções à *Presença* ocorre quando Adah percebe que em breve precisará deixar a escola, já que às meninas era

permitido apenas o acesso à educação básica: aprender a ler, escrever o próprio nome e realizar contas simples. Nesse momento, Ela surge como uma força orientadora, indicando prováveis caminhos e oferecendo a confiança necessária para que Adah vislumbre a possibilidade de ingressar no ensino superior:

Aconteceu uma coisa que mostrou à menina que seu sonho estava apenas passando por um abalo insignificante [...] O sonho àquela altura adquirira uma imagem em sua mente, parecera criar vida, respirar e sorrir novamente para ela. O sorriso da *Presença* se abriu quando o diretor anunciou as listas de escolas secundárias disponíveis, escolas nas quais as crianças poderiam se candidatar a matrículas (Emecheta, 2018, p. 30, grifo da autora).

Em concordância, entendemos que a *Presença* se integra à narrativa como como um dos seus personagens, já que há uma comunicação coerente estabelecida entre Ela e a protagonista, como uma guia ativa; a *Presença* não é somente sentida, Adah pode vê-la, o que se esclarece quando nos diz que “[ela] estava sorrindo para a *Presença*, não para o diretor” (p. 31), e ouvi-la: ‘Você vai, precisa ir, e para uma dessas escolas mais importantes; e não apenas vai para uma dessas escolas, como será uma das melhores alunas’, Adah ouviu a *Presença* dizer (Emecheta, 2018, p. 30, grifo da autora).

Segundo Antonio Candido (1970), em uma narrativa, o que faz algo parecer real ou convincente não é a fidelidade a fatos ou modelos da vida real, mas sim a forma como o texto é construído. Isto porque um elemento fantástico ou irreal pode parecer verossímil se o escritor organizar bem a história e adotar uma coerência interna. Por outro lado, os mesmos fatos reais podem parecer falsos ou absurdos se não forem bem integrados ao enredo:

Assim, pois, um traço irreal pode tornar-se verossímil, conforme a ordenação da matéria e os valores que a norteiam, sobretudo o sistema de convenções adotado pelo escritor; inversamente, os dados mais autênticos podem parecer irrealis e mesmo impossíveis, se a organização não os justificar. O leitor comum tem frequentemente a ilusão (partilhada por muitos críticos) de que, num romance, a autenticidade externa do relato, a existência de modelos comprováveis ou de fatos transpostos, garante o sentimento de realidade. Tem a ilusão de que a verdade da ficção é assegurada, de modo absoluto, pela verdade da existência, quando, segundo vimos, nada impede que se dê exatamente o contrário (Candido, 1970, p. 24, parênteses do autor).

Isso acontece porque um personagem ou acontecimento em um romance é, no fundo, uma construção feita de palavras. O que importa para criar a sensação de realidade não é a ligação direta com o mundo externo, mas a consistência interna do texto, sua linguagem e as imagens que ele cria, pois “o detalhe sensível é um elemento poderoso de convicção” (p. 26). Em síntese, compreende-se que se a narrativa é coerente e sua organização interna funciona, até mesmo aquilo que julgarmos inverossímil é aceitável:

O romancista é incapaz de reproduzir a vida, seja na singularidade dos indivíduos; seja na coletividade dos grupos [...] Na medida em que se quiser ser igual à realidade, o romance será um fracasso; a necessidade de selecionar afasta dela e leva o romancista a criar um mundo próprio, acima e além da ilusão de fidelidade (Candido, 1970, p. 15).

Nesse contexto, testemunhamos uma interação significativa entre Adah e a *Presença*, marcada por diálogos e influências que moldam a experiência e o desenvolvimento da protagonista. Assim, a *Presença* não apenas integra a construção narrativa, mas também desempenha um papel central na percepção e condução da história.

No capítulo “Fuga para o elitismo”, sob o ímpeto da *Presença*, Adah decide usar dois xelins²⁶ que havia recebido de seu primo, destinados às compras da família, para pagar a inscrição no exame de admissão para o Ginásio Metodista para Meninas. Apesar de saber da viabilidade de uma bolsa de estudos, considerava uma ambição grande demais para uma menina como ela, na qual ninguém estava interessado. Quando se descobriu reconhecida entre as melhores alunas daquele ano, a *Presença* se manifesta não apenas como uma guia, mas como companhia em um cenário de solidão, quando se mantém longe do que até então considerava sua casa e sua família para a conclusão do ginásio:

Desde então, começara a sentir-se maravilhada com a *Presença*. Ela existia bem junto dela, como uma companhia. Consolava-se durante as longas férias escolares, quando não podia ir para casa porque não tinha casa para onde ir (Emecheta, 2018, p. 34).

²⁶ Durante o período colonial britânico, a Nigéria utilizou a libra nigeriana, que era subdividida em xelins e pence, seguindo o sistema monetário britânico.

Na narrativa, o acesso à educação confere a Adah autonomia e autovalorização e se encarrega de permitir que outros sonhos e desejos possam despontar, como a ida à Inglaterra. Ainda na infância, ela presenciou a preparação de homens e mulheres para a chegada do primeiro advogado de Ibuza, que havia regressado do Reino Unido. Foi como o aparecimento de um novo Messias, ele traria progresso, ingressaria na política e lutaria pelos direitos de seu povo. Assim pensavam todos. Por isso, para Adah, ir ao Reino Unido significaria visitar o Reino de Deus, e esse foi um sonho vivo em seu imaginário por anos a fio. Em conformidade, no segundo momento da narrativa, as manifestações da *Presença* estão majoritariamente ligadas ao desejo da protagonista de partir para a Inglaterra em busca de ascensão social. Ao contrário de muitos nigerianos na diáspora dos anos 1960, Adah não buscava riquezas ou bens materiais, e sim a construção de uma trajetória como intelectual. Ludibriada por uma percepção eurocêntrica e fortemente influenciada pelos ideais coloniais, acreditou que a liberdade necessária para estudar e criar somente seria possível longe da Nigéria:

Sua chegada ao Reino Unido seria o pináculo de suas ambições [...] Ir um dia ao Reino Unido era um sonho que Adah guardava consigo, mas sonhos depressa ganham corpo. Seu sonho vivia com ela, exatamente como uma *Presença* (Emecheta, 2018, p. 13).

A *Presença* acompanha Adah desde a tomada de decisão até os passos necessários para a concretização de seu sonho. Depois de conceber o casamento como uma forma de estabilidade necessária para os estudos, ela convence Francis a viajar para o Reino Unido sob a justificativa de que ele poderá estudar contabilidade, ser aprovado nos exames e se tornar um nigeriano bem-sucedido, à semelhança da alta burguesia. Entretanto, a ida de Adah a Inglaterra só poderia acontecer com a aprovação de seus sogros, já que o marido, por ser um homem jovem, não tinha voz ativa:

Ela achava tudo isso ridículo, sobretudo nos casos em que a discussão envolvia finanças. Afinal, quem subsidiaria quase todos os planos era ela, mesmo com a decisão sendo tomada sem sua participação. Claro que nesses casos Francis era um coadjuvante, tal como ela [...] eram obrigados a acatar a decisão dos mais velhos (Emecheta, 2018, p. 39).

A insistência para que ficasse na Nigéria também acontecia porque a essa altura Adah já ganhava mais como bibliotecária do que aqueles que tinham ido ao Ocidente e retornado. Com a sabedoria guiada pela *Presença*, reuniu consigo os melhores argumentos: primeiro, lembrou aos sogros que, como estrangeira, poderia ganhar ainda mais dinheiro, o que traria não apenas benefícios para ela, mas para toda a família; depois, prometeu que dentro de pouco tempo eles estariam de volta à Nigéria e dirigiriam os próprios carros, assim como faziam os ingleses. Sua sagacidade e a possibilidade de o Reino Unido a qualificar para ser esposa de um homem que em breve faria parte da nova elite de nigerianos bastaram para mudar a percepção dos mais velhos sobre uma mulher africana, com dois filhos pequenos, ir ao Ocidente trabalhar para os “americanos”.

Entretanto, como todos os sonhos possuem reverses, a ida à Inglaterra foi como caminhar em direção a uma cova, onde as promessas de progresso e realização logo se desvanecem diante da dura realidade. Embora Adah reproduza minuciosamente os códigos culturais ocidentais e tenha qualificações acima do esperado para uma imigrante nigeriana, ainda é vista como uma cidadã de segunda classe pelos ingleses, bem como é hostilizada pelos conterrâneos igbos, que se sentiam desafiados por não gozarem das mesmas oportunidades. Diante de toda a violência imbricada ao novo espaço, Francis também se apropria da ideia de que ser negro e imigrante são marcadores culturais definitivos na determinação de valor de seu povo e a pouca confiança que sentia em si mesmo se esvai rejeição após rejeição. Como consequência, reproduz essa mesma assimetria contra Adah e seus filhos, intensificando os abusos e as agressões físicas. Gradualmente, o senso de autoconhecimento e autovalorização da personagem se enfraquece à medida que a violência, o racismo e a xenofobia sociais se normalizam:

Ela, que apenas alguns meses antes só teria aceitado o que houvesse de melhor, agora se condicionara a esperar por coisas inferiores. Estava aprendendo a desconfiar de tudo o que fosse bonito e puro. Essas coisas eram para brancos, não para os negros (Emecheta, 2018, p. 104).

Se Adah fosse Jesus, ela passaria pela Inglaterra sem deixar bênçãos (p. 54). Até então, mesmo em um contexto de precariedade, acompanhada pela *Presença* preserva força de espírito para imaginar melhores possibilidades e perseguir os objetivos que a impulsionaram a chegar até o *Reino de Deus*. Contudo, quando

passa a reconhecer os efeitos psicológicos da perda de sua fé e da certeza de estar sendo protegida e direcionada, começa a se esvaziar de sentido, presa em um cenário de vulnerabilidade e desamparo. Assim, em face do cerceamento racial e de gênero, a *Presença* se dissipa:

Adah começou a perder a confiança em si mesma. Teria sido um acerto seu sonho de ir para o Reino Unido, ou ela não passava de uma sonhadora inconsequente? Mas Francis havia concordado! Qual teria sido seu erro? Desejava que a *Presença* ainda estivesse ao seu lado para lhe dar uma pista, mas aparentemente ela a abandonara desde seu desembarque na Inglaterra. A *Presença* seria seu instinto? Na Nigéria ela estava sempre tão ativa... seria porque na Nigéria ela estava mais próxima da Mãe Natureza? Adah só queria uma coisa: alguém que lhe dissesse qual havia sido seu erro (Emecheta, 2018, p. 83).

Doravante, os capítulos avançavam sem qualquer vestígio da *Presença*. Grávida de seu terceiro filho, Bubu, antes mesmo de completar 22 anos, percebemos no arco da personagem o surgimento de uma nova consciência, uma transformação interna moldada pela intenção de tirar os seus filhos da realidade na qual viviam. Durante a recuperação do parto, Adah se questiona sobre a indiferença de Francis a ela e às crianças. Enquanto outras mulheres recebiam visitas, carinhos e flores, seu marido não havia perguntado como ela se sentia, afinal “Adah era algo que ele possuía e nenhuma doença, nenhum deus poderia tirá-la dele” (p. 171). Como consequência de sua inflexão, sentimentos de contestação e indignação começam a substituir a postura de autopiedade. Francis, mais do que um marido negligente, é uma ameaça direta aos seus sonhos, um homem perigoso como companheiro de vida:

Se você não sair desta enfermaria ou não parar de falar, jogo esta jarra de leite em você. Neste momento eu odeio você, Francis, e algum dia vou lhe abandonar [...] Se você quer mesmo saber, eu trouxe meus filhos para cá [Nigéria] para salvá-los das garras da sua família e, com a ajuda de Deus, eles vão voltar para a Nigéria transformados em outras pessoas; eles nunca, nunca serão o tipo de pessoa que você é. Meus filhos vão aprender a tratar as esposas como gente, como indivíduos, não como bodes que aprenderam a falar. Minhas filhas... Deus que me ajude, ninguém vai pagar nenhum dote por elas. Elas vão se casar por amar e respeitar seus homens, não por estarem atrás da melhor oferta ou por ter a necessidade de um lar... (Emecheta, 2018, p. 175).

Com a chegada de Bubu, Adah se convence de que somente ela será a responsável pelo bem-estar de seus filhos, longe da violência e da pequenez do espírito do marido, como uma espécie de resignação. No capítulo intitulado “Aplicando as regras”, pela primeira vez, a personagem considera realista o sonho de se tornar uma escritora publicada. Grávida novamente, vivencia a transição de leitora para escritora enquanto ainda trabalha na biblioteca Chalk Farm, onde conhece Bill, um estadunidense que lhe apresenta autores afroamericanos como James Baldwin, capazes de ampliar suas possibilidades criativas e identitárias, assim, o ímpeto da escrita ressurgiu. Em uma manhã, ao observar um pequeno pássaro cinza feliz em sua solitude, Adah experimenta um estado de deslumbramento há muito adormecido. Vê um pássaro qualquer cantar e pular, livre em sua solidão, e recorda os tempos em que também via e ouvia os pássaros selvagens em um meio-ambiente abundante na Nigéria:

Ela era diferente. Seus filhos seriam diferentes. Todos seriam negros, gostariam de ser negros, sentiriam orgulho de ser negros, negros de outra estirpe. Era o que eles seriam. Por acaso ela já não aprendera a ouvir os cantos dos pássaros? Por acaso não era esse um dos acontecimentos naturais que haviam inspirado seu poeta predileto, Wordsworth? Ela podia nunca vir a ser uma poeta famosa como Wordsworth, pois ele era um grandíssimo poeta, mas Adah haveria de treinar a si mesma para admirar os cantos dos pássaros, mesmo que turbulentos, a apreciar a beleza das flores, por mais exagerado que fosse o aroma. Com um tranco, Adah lembrou a si mesma que era mãe de três crianças pequenas e que supostamente dera uma saída rápida para tomar o banho matinal das segundas-feiras (Emecheta, 2018, p. 204).

Em um ambiente propício à arte como Chalk Farm e imersa em deslumbramento, a escrita se torna um caminho de libertação para Adah, culminando na criação da obra *Dote de esposa*. Esse marco se torna o gatilho para que se separe de Francis e afaste seus filhos da realidade opressora em que estão inseridos. Como consequência, no capítulo intitulado “O Colapso” há o ressurgimento da *Presença* em sua manifestação, agora impulsionada pela autonomia conquistada e pela autoestima restaurada por meio do processo de escrita. Adah compreendeu que, se aquela era a vida que lhe cabia, faria o impossível para transformá-la, apostando, mais uma vez, todas as suas fichas:

la conseguir viver, sobreviver para existir vencendo aquilo tudo. Algum dia viria auxílio de algum lugar. Fazia um bom tempo que tentava agarrar esse auxílio como quem busca uma coisa no escuro. Algum dia seus dedos encontrariam algo sólido que a ajudaria a se libertar. Estava começando a perceber aquela Presença outra vez – a Presença que a guiara ao longo da infância. Em suas orações, aproximava-se d'Ela. Nunca se ajoelhava para rezar da maneira ortodoxa, mas conversava com Ela enquanto mexia a sopa africana de pimenta no fogareiro; falava com Ela ao acordar pela manhã; falava com Ela o tempo todo; e Adah sentia que Ela estava sempre ali (Emecheta, 2018, p. 218).

À medida que escrevia, a apatia resignada que sentia era gradualmente dissolvida, e a *Presença* se tornou mais próxima, transformando sua percepção sobre si mesma, pois quanto mais escrevia, mais se convencia de que sabia escrever (p. 238-239). Dessa forma, o ato de criar não apenas impulsiona sua libertação, mas permite que Adah seja e esteja na *Presença*, firmando-se em seu próprio renascimento.

3.2 O INDIZÍVEL NA ESCRITA: SONHO E DESLUMBRAMENTO

Em *Cidadã de Segunda Classe*, a palavra 'sonho' ressoa trinta e oito vezes, erguendo-se como um pináculo que acentua o tom onírico e reverbera por toda a narrativa. Para Adah, o onírico e o intuitivo surgem como meios pelos quais ela entrelaça os fios da memória – da infância marcada pela organização comunitária em Iboza, passando pelos impactos coloniais da modernidade em Lagos, até a experiência de imigração em Londres. À vista disso, percebemos que a conexão entre a manifestação da *Presença* e o sonho é estabelecida desde as primeiras memórias da personagem, em que a infância assume o papel de oráculo para a construção de seus primeiros sonhos e idealizações – cuja origem e percurso para a realização ela desconhecia, mas que eram continuamente nutridos e fortalecidos pela *Presença*:

Adah não sabia com certeza o que originara seu sonho; quando, afinal, tudo começara. Mas a âncora mais antiga que conseguia atrelar àquela torrente de coisa-nenhuma datava de quando tinha uns oito anos de idade [...] Sentia-se com oito anos quando estava sendo guiada por seu sonho (Emecheta, 2018, p. 12).

Nesse ponto de vista, Adah nos apresenta ao sonho como sendo o principal motor para a manifestação da *Presença*, guias narrativos que recorrem diretamente ao imaginário. Na narrativa, a *Presença* semeia o sonho, e o sonho, por sua vez, encoraja Adah na busca por realizações. Em sua primeira manifestação, ele opera como um catalisador de ação, quando a *Presença* instiga a personagem a fugir de casa para frequentar as aulas em Ladi-Lak:

Foi nessa época que o sonho de Adah começou a cutucá-la. Toda vez que levava Boy ao Instituto Ladi-Lak, que era o nome da escola, Adah se posicionava junto ao portão para olhar todas as suas amigas em fila junto à entrada da escola em seus elegantes aventais azul-marinhos, asseadas e arrumadinhas (Emecheta, 2018, p. 14).

Quando finalmente consegue a permissão da família para frequentar a mesma escola que seu irmão, Boy, a personagem é surpreendida pela morte de *Pa*, o que força ambos a migrar para uma escola menor, mais adequada às novas condições da família. Apesar disso, a manifestação do sonho continua a instigá-la:

De modo que foi assim que Adah entrou na escola. *Pa* não queria nem ouvir falar na hipótese dela frequentar o Primário Metodista; ela que fosse para a escola chique, Ladi-Lak. Sem dúvida teria tido sucesso mais cedo na vida se *Pa* não tivesse morrido. Mas pouco depois ele morreu, e Adah e seu irmão Boy foram transferidos para uma escola inferior. Mesmo com esses tropeços, o sonho de Adah nunca a deixou (Emecheta, 2018, p. 20).

Na perspectiva onírica, a experiência do sonho como uma manifestação é capaz de revelar imagens e sensações que escapam à lógica linear, sugerindo um território de criação em que o simbólico e o intuitivo se misturam. À vista disso, a fusão entre o sonho e a *Presença* funciona como uma potência catalisadora para a ida de Adah ao Reino Unido, já que o sonho desestabiliza os limites da realidade concreta e a acompanha continuamente, bem como a *Presença*. Desse modo, enquanto a *Presença* é manifestada, o real se torna tão relativo quanto o onírico, uma vez que ambos operam como motores para a transformação da realidade: o onírico a levou aos estudos primários; a levou ao Reino Unido, o onírico a levou à escrita. No romance, a materialização entre o sonho e a *Presença* se dá no vislumbre da *Imagem*. Nesse momento, essa manifestação se traduz simbolicamente:

Mais ou menos por aí, aconteceu uma coisa que mostrou à menina que seu sonho estava apenas passando por um abalo insignificante, bem pequeno mesmo, nada profundo o bastante para destruir sua estrutura básica. O sonho àquela altura adquirira uma imagem em sua mente, parecera criar vida, respirar e sorrir amavelmente para ela (Emecheta, 2018, p. 31).

Como fenômeno psíquico e simbólico, documentadamente, o onírico se apresenta como um portal para o inconsciente, território em que a lógica racional cede espaço a narrativas que desafiam o tempo linear. Neste espaço, o inconsciente revela-se em formas simbólicas, projetando desejos, temores e memórias que escapam ao controle consciente. Essas manifestações emergem em linguagens próprias, marcadas pela metáfora – como a Imagem – e pela suspensão de filtros lógicos – como a *Presença*. Maurice Blanchot (2011) destaca o sonho como um território de interação entre o eu e suas camadas mais arquetípicas e primitivas. Nesse campo, surgem imagens recorrentes, símbolos ancestrais e paisagens mutáveis, compondo uma linguagem simultaneamente universal e pessoal, que desafia a linearidade narrativa. De forma análoga, no diálogo entre literatura, sonho e imaginário, observa-se que tal interação se concretiza à medida que o impossível no mundo físico se torna viável por meio da consciência onírica, permitindo ao leitor criar cenários e situações que transcendem a lógica cotidiana:

o sonho é o despertar do interminável [...] daí resulta que o sonho parece fazer surgir, em cada um, o ser dos primeiros tempos – e não somente a criança mas, para além, para o mais longínquo, o mítico, o vazio e o vago do anterior. Aquele que sonha dorme, mas aquele que sonha já não é mais aquele que dorme, não é um outro, uma outra pessoa, é o pressentimento do outro, o que não pode mais dizer eu, o que não se reconhece em si nem em outrem (Blanchot, 2011, p. 293).

Na escrita literária, o sonho pode atuar como catalisador de processos criativos, desestabilizando as estruturas convencionais e permitindo associações livres e intuitivas. Essa ideia encontra eco nos escritos de Marguerite Duras (1974), nos quais afirma que o ato de escrever a palavra irrompe antes de qualquer preocupação com sentido ou sintaxe, revelando um processo criativo, intuitivo e fluido, em que a linguagem emerge como força inteligente e transformadora (Duras, 1974 *apud* Fortes, 2007, p.167). Essa ideia pode ser associada à manifestação da *Presença*: Ela não é apenas uma entidade que guia a nossa protagonista, mas uma manifestação do próprio impulso criativo e intuitivo, que precede a racionalidade e

organiza sua experiência de forma profundamente simbólica. A *Presença*, nesse contexto, é tanto específica do sonho quanto do deslumbramento, uma vez que abre brechas no real para que Adah escreva a partir de suas sensações, em dissimetria as limitações impostas por sua realidade concreta.

Em concordância, a chave para o ressurgimento da *Presença* está no deslumbramento de Adah ao observar um pequeno pássaro cinza rodopiar em uma segunda-feira aparentemente comum. Toda a tristeza e amargura que a consumiam haviam gradualmente sufocado sua capacidade de se encantar. No entanto, ao perceber, em uma fila de banheiros públicos, a liberdade de um pequeno pássaro solitário, a personagem é transportada às memórias de seus dias na Nigéria, quando sua realidade ainda lhe possibilitava um estado de encantamento com o cotidiano. Em harmonia, o reencontro com as pequenas maravilhas do cotidiano gera uma epifania que a reconecta com sua essência criadora. Nesse instante, as lembranças surgem como uma ponte entre o vivido e o sonhado:

Não seria disso que estavam precisando na África? Um longo, longo inverno, um período em que não houvesse o brilho do sol, nem pássaros, nem flores silvestres, nem calor? [...] Será que a Natureza foi generosa demais conosco, privando-nos da capacidade de despertar de nosso torpor tropical para perceber que uma coisa simples como o canto de um pássaro cinzento numa segunda-feira úmida de primavera pode ser inspiradora? (Emecheta, 2018, p. 201).

Com esse vislumbre, Adah passou a 'treinar a si mesma' (p. 201) para encontrar sentido nos pequenos acontecimentos cotidianos. Nessa perspectiva, o deslumbramento, entendido como uma epifania criativa, manifesta-se na amplificação do sensível, quando a realidade transcende sua forma habitual e algo aparentemente simples desdobra-se em significados profundos. Na narrativa, o deslumbramento não se restringe a um impacto emocional: torna-se o elemento essencial, um movimento que convoca a escrita, ao abrir brechas por onde o inefável se revela. Em consonância, Blanchot (2011), ao refletir sobre fascínio e deslumbramento, afirma:

Quem quer que está fascinado, o que vê não o vê propriamente dito mas afeta-o numa proximidade imediata, prende-o e monopoliza-o, se bem que isso o deixe absolutamente a distância. A fascinação está vinculada, de maneira fundamental, à presença neutra, impessoal, do Alguém indeterminado e imenso, sem rosto. É a

relação que o olhar mantém, relação intrinsecamente neutra e impessoal, com a profundidade sem olhar e sem contorno, a ausência que se vê ofuscante (Blanchot, p. 23, 2011).

O autor reforça a ideia de que o fascínio não se baseia em uma percepção clara ou direta, mas em um impacto emocional e sensorial imediato, que envolve e captura o indivíduo, mesmo havendo distância entre ambos, pois “o que nos fascina, nos arrebatava o nosso poder de atribuir um sentido” (p. 23). O deslumbramento, similarmente, é capaz de capturar, justamente porque não se pode apreender ou compreender completamente aquilo pelo qual o indivíduo se atrai. Ele ofusca porque revela uma ausência – uma “profundidade sem olhar e sem contorno”, a qual não pode ser definida nem explicada, mas que se apresenta como uma *Presença* esmagadora e inescapável. Por isso, acreditamos que o deslumbramento ressoa significativamente na criação literária, em que o fascínio pode ser visto como um motor criativo para tentar expressar o que, por natureza, não pode ser compreendido logicamente.

À luz de Blanchot (2011), “escrever é entrar na afirmação da solidão onde o fascínio ameaça” (p. 24). Em *Cidadã de Segunda Classe*, o fascínio causado pela imagem do pássaro cinza carrega um significante simbólico, em razão de que é na solidão do pássaro em que Adah se reconhece. De modo semelhante, durante o seu processo de escrita, a personagem também se recolhe: o ato de escrever acontece durante as horas em que seus filhos dormem ou quando seu marido está ausente. É na solidão que a palavra encontra espaço para se apresentar e se materializar. Por conseguinte, ao relacionar a escrita, o cotidiano e a solidão, Rainer Rilke (2009) advoga:

Caso seu cotidiano lhe pareça pobre, não o acuse; acuse a si mesmo, diga a si mesmo que não é poeta suficiente para evocar as suas riquezas; pois para o criador não há pobreza nem lugar pobre irrelevante. E se o senhor estivesse em uma prisão cujas paredes não permitissem chegar aos seus sentidos nenhum ruído do mundo – o senhor teria ainda sua infância, essa riqueza deliciosa digna de reis, essa casa que guarda o tesouro das lembranças? Volte sua atenção para elas (Rilke, p. 16, 2009).

Rilke (2009) destaca a responsabilidade do criador em encontrar beleza e significado na própria experiência, mesmo diante dos possíveis infortúnios que estar em uma rotina ou viver as suas dificuldades implica. Assim, a ideia de que, para o

criador, não deve haver pobreza no olhar para o cotidiano ressalta a sensibilidade como uma habilidade essencial do ato criativo. À luz dessa abordagem, ao resgatar suas vivências em Ibuza e as histórias que sua mãe contava sobre a Nigéria pré-colonial, Adah escreve *Dote de Esposa*, valendo-se das memórias de sua infância – experiências que dificilmente poderiam ter sido refletidas coletivamente ou influenciadas por terceiros:

Adah organizou os horários e descobriu que conseguia ter três horas de sossego à tarde. E então seu velho sonho se apresentou de estalo. Por que não tentar escrever? Sempre desejara escrever. Por que não? Correu ao Foyles e comprou um exemplar de Como escrever bem e, ao longo de todos os meses em que amamentou Dada, sentava-se à tarde para escrever o manuscrito de um livro que receberia o título de Dote de esposa (Emecheta, 2018, p. 234).

Durante a gênese de *Dote de Esposa*, a infância é vista como um reservatório de experiências; por isso a escrita, ao tentar dar conta dessas mesmas experiências, se transforma em descoberta e revelação. Na infância, a imaginação é livre, capaz de criar realidades alternativas e reinterpretar o ordinário. Blanchot (2011) sugere que nossa infância nos fascina porque, em sua essência, ela é um estado de fascinação. A infância está imersa em um encantamento próprio, sendo descrita pelo autor como uma idade de ouro envolta em uma "luz esplêndida" (p.23, aspas nossas). A poesia, de forma similar, é movida pelo senso de descoberta e encantamento, transformando o banal no extraordinário. O poeta, como a criança, olha para além da superfície, uma vez que a poesia guarda o que há de mais sensível. Não por acaso, a poesia de William Wordsworth é apontada como fonte essencial de inspiração para Adah em seu processo de reconhecimento como escritora:

Por acaso não era esse um dos acontecimentos naturais que haviam inspirado seu poeta predileto, Wordsworth? Ela podia nunca vir a ser uma poeta famosa como Wordsworth, pois ele era um grandíssimo poeta, mas Adah haveria de treinar a si mesma para admirar os cantos dos pássaros, mesmo que turbulentos, a apreciar a beleza das flores, por mais exagerado que fosse o aroma (Emecheta, 2018, p. 202).

Esse mesmo pensamento dialoga com a ideia de que o processo criativo é, em essência, uma prática de solidão e *Presença*, dualmente. O criador, durante a

construção de sua criatura, não apenas observa o mundo, mas interage com ele de maneira transformadora a partir de suas próprias experimentações.

Escrever a partir do sonho, portanto, é se deslumbrar, uma vez que acolhe o mistério e o indizível, permitindo que a obra expresse não apenas o que se compreende racionalmente, mas também o que ressoa no íntimo. Essa perspectiva confere à escrita um caráter de descoberta, em que o texto recria o assombro e a revelação próprios do universo onírico. O sonho, a escrita e a *Presença* se entrelaçam não apenas como guias narrativos, mas como expressões de uma força criativa feminina que transcende o sofrimento e as limitações impostas pela vida concreta, uma inquietação pungente deslumbrante (Duras, 1974 *apud* Fortes, 2007, p.164). Por esse motivo, o deslumbramento irrompe como um chamado ao qual a escrita responde, tentando dar forma ao que se manifesta em sua intensidade. Entre o fascínio e o mistério, escrever se torna um ritual de descoberta – uma busca por traduzir aquilo que, ao mesmo tempo, encanta e escapa.

3.3 MEMÓRIA ANCESTRAL, PALAVRA VIVA

Historicamente, não é incomum que povos de tradição majoritariamente oral busquem formas não convencionais de explicar os acontecimentos que escapam às explicações racionais. Nessas narrativas, tais possibilidades se apresentam como aparentemente naturais e se justificam pela ótica ancestral de viver e perceber o mundo. Em *Cidadã de Segunda Classe*, quando criança, Adah costumava ser chamada de *Nne nna* por seu pai, um apelido amoroso expresso em yorubá, que significa “a mãe do pai”. Isso se deve à promessa feita por sua avó, mãe de Pa, que em seu leito de morte prometeu ao filho pequeno – com apenas cinco anos, que retornaria a esse plano materializada na figura da primeira neta, uma forma de compensar a sua breve passagem na Terra:

Pa achou que Adah era o retrato escarrado da mãe, mesmo Adah tendo nascido dois meses antes do tempo. Pa estava seguríssimo de que a coisinha úmida, de fisionomia ainda não inteiramente definida, parecida com um macaco, era sua “mãe voltando”. Por isso a recém-nascida foi coberta por uma verdadeira coleção de nomes: *Nne nna*, *Adah nna*, *Adah Eze!* *Adah Eze* significa ‘Princesa, filha de um rei’ (Emecheta, 2018, p. 19).

À vista disso, desde o seu nascimento Adah carrega consigo a ancestralidade da mulher africana e os diversos nomes que lhe são atribuídos evidenciam a identidade marcada pela figura matriarcal de sua avó, que manifesta seu retorno espiritual à Terra por meio do corpo da neta, reafirmando a continuidade de sua linhagem.

Nessa perspectiva, no contexto literário contemporâneo, observa-se o que se denomina realismo animista, uma forma de reencantamento na literatura. Harry Garuba (2012) define esse conceito como a “manifestação de um inconsciente animista”, um modo de perceber a vida sem os dualismos modernos, pois nem tudo está para o bem ou para o mal. Desse modo, consoante Garuba, devemos compreender o animismo como uma lógica de subversão binária, que desestabiliza a hierarquia da ciência sobre a magia e questiona a narrativa moderna ao reabsorver o tempo histórico do mito e do mágico (p. 42). Por essa razão, na cosmovisão animista, a morte é apenas um aspecto integrante da existência, dissociado da ideia de finitude ou sofrimento, uma concepção temporal que contraria a linearidade.

Em concordância ao ponto de vista animista, a cultura igbo da Nigéria traz o conceito de "chi", que está profundamente conectado a "eke", uma força espiritual complementar. Juntos, esses conceitos estão ligados ao ato de criação natural e a ancestralidade. O chi apresenta-se como uma força espiritual pessoal, se aproxima de um guardião ou espírito-guia, associado ao destino e à conduta do indivíduo. Esse entendimento não se refere diretamente ao Deus histórico das religiões monoteístas, mas sim a uma dupla consciência, que pode ser vista como uma proteção ou uma *Presença* em orientação e acompanhamento. Em *As Alegrias da Maternidade* (2017), Buchi Emecheta traz referências diretas à manifestação do chi. Isso acontece quando, por exemplo, após uma caçada mal sucedida, o líder Agbadi cai em doença e sacrifícios diários de cabritos para apaziguar o seu chi são feitos (p. 23). Além disso, a obra também menciona um ritual tribal pré-colonial que acontece quando a primeira esposa de Agbadi, Agunwa, falece. Sua escrava²⁷, ainda muito jovem, é enterrada junto a ela, assassinada com duas pancadas na cabeça, para acompanhá-la em respeito a tradição²⁸. Antes de morrer, a escrava diz a Agbadi que retornará ao plano terrestre como a filha legítima do líder, em uma continuidade espiritual.

²⁷ Palavra escolhida pela autora.

²⁸ Não há registros de que rituais como esse ainda aconteçam nos dias atuais.

Com o nascimento de sua filha, Nnu Ego, Agbadi percebe que a menina apresenta um caroço na cabeça. É uma criança que sofre com frequência, e o *dibia*²⁹, ao tocá-la, sugere que o tormento causado pela *chi* de Nnu Ego é o responsável pelo seu padecimento:

Esta criança é a criança que morreu com sua esposa mais velha, Agunwa. Ela jurou que voltaria como filha. Agora, está aqui. É por isso que essa criança tem a pele clara do povo das águas, e o caroço dolorido em sua cabeça vem das pancadas que a escrava recebeu dos homens [...] a criança sempre terá problemas com a cabeça. Se tiver uma vida feliz, sua cabeça não se manifestará. Mas se for infeliz, a cabeça a atormentará tanto física quanto emocionalmente (Emecheta, 2018, p. 38).

Como consequência, a *chi*, por não ser apaziguada e viver em sintonia com a infelicidade da personagem, é tida como a principal responsável pela infertilidade de Nnu Ego ao longo de muitos anos. Apenas quando ela sai de Lagos e entra em um novo casamento, a *chi* retorna e lhe concede filhos. Essa entidade, como uma força espiritual ligada à existência e ao equilíbrio da personagem, reflete as oscilações entre o sofrimento e a cura, trazendo à tona a relação intrínseca entre os aspectos espirituais e materiais da vida. Assim, os registros citados nos autorizam a inferir que há uma manifestação física do *chi* na cultura igbo, a qual simboliza as dificuldades psicológicas e existenciais enfrentadas pelo corpo material. Desse modo, esclarece-se que nessa perspectiva, o *chi* de uma pessoa é capaz de desempenhar papéis determinantes nos acontecimentos de sua vida.

Conforme Henry Garuba, sobre a ideia de reencantamento do mundo:

É tentador prosseguir sem fornecer definições funcionais para os termos que estou empregando tão livremente até agora. Porém, a imprecisão do termo animismo propriamente dito exige cuidado e nos força a pausar, apenas por um momento, para examiná-lo aos conceitos que tentei construir em torno dele. Estou ciente da quantidade de bagagem conceitual que esses termos carregam. Entretanto, decidi descrever a prática de continuamente reencantar o mundo como uma manifestação do inconsciente animista, a fim de afastar a discussão da carga de Essencialismo, que provavelmente surgiria se isso fosse visto como o instinto natural, imutável, coletivo de um povo e evitar os binarismos culturais que investigações desse tipo muitas vezes inconscientemente impõem (Garuba, 2012, p. 238).

²⁹ Na Nigéria, o termo “*dibia*” se refere a um praticante tradicional de medicina ou um curandeiro, frequentemente associado ao uso de métodos espirituais e naturais para tratar doenças.

Na literatura, a concepção do realismo animista em África traz uma formulação artística semelhante ao realismo fantástico, assim definido por Todorov e popularizado no decorrer do século XX, ao considerarmos que ambos buscam romper a fronteira que existe entre o onírico e o real, integrando acontecimentos inusitados e insólitos de forma orgânica às experiências cotidianas. À vista disso, em 1997, Pepetela propôs o uso do adjetivo "animista" para interpretar as formas e conteúdos presentes nos textos africanos, abordagem que se evidencia em um diálogo entre os personagens de sua obra *Lueji*:

– Aqui não estamos a fazer país nenhum – disse Lu. – A arte não tem que o fazer, apenas reflecti-lo.
 [...] Eu queria era fustigar os dogmas, un, deux, foueté, un, deux, trois, quatre, plié...
 – Eu sei, Jaime. Por isso te inscreves na corrente do realismo animista...
 – É. O azar é que não crio nada para exemplificar. E ainda não apareceu nenhum cérebro para teorizar a corrente.
 Só existe o nome e a realidade da coisa. Mas este bailado todo é realismo animista, duma ponta à outra.
 Esperemos que os críticos o reconheçam. [...] O Jaime diz a única estética que nos serve é a do realismo animista – explicou Lu.
 Como houve o realismo e o neo, o realismo socialista e o fantástico, e outros realismos por aí. [...] isto que andamos a fazer é sem dúvida alguma. E se triunfamos é graças ao amuleto que a Lu tem no pescoço (Pepetela, 1997, p. 451-456).

Nesse ponto de vista, compreendemos que a estética literária do animismo é a mais adequada ao tratarmos das culturas africanas porque se baseia em percepções características de uma visão de mundo fundamentada em experiência e tradição, incluindo a inclinação ao sobrenatural, como exemplificado pela crença de que o triunfo de Lueji viria graças ao amuleto que ela usava, ou a de que Nnu Ego seria fértil caso a chi estivesse satisfeita com os caminhos de sua vida.

Similarmente, toda a narrativa de *Cidadã de Segunda Classe* é permeada por uma cosmovisão encantada e repleta de acontecimentos insólitos, destacando-se a recorrente *Presença* mencionada ao longo do enredo — uma manifestação abstrata para a perspectiva ocidental, mas profundamente familiar às tradições culturais africanas. A *Presença* não é o único elemento onírico visto em *Cidadã de Segunda Classe*. Durante o dilema moral sobre usar ou não os xelins da família na realização dos exames para o Ginásio Metodista para Meninas, Adah recorre aos valores

cristãos para o julgamento de seus atos, mais uma vez evidenciando os reflexos do colonialismo na identidade nacional do povo igbo. Ela imagina, por exemplo, a insatisfação de Jesus ao vê-la cometer o que considera ser um roubo:

Será que estaria prejudicando alguém, se pagasse pelo exame de admissão com aqueles dois xelins? Será que Jesus a condenaria por fazer aquilo: roubar? Afinal, o dinheiro não faria falta ao seu primo, embora ele certamente o recusasse caso ela pedisse do jeito normal (Emecheta, 2018, p. 34).

Nesse momento, Adah se direciona à figura cristã, mas diferentemente dos deuses igbos, “o problema com Jesus é que ele nunca respondia às perguntas que lhe faziam; na verdade, nunca enviava qualquer sinal indicando o que deveria ser feito” (p. 32). Percebemos com clareza que as tensões identitárias causadas pelo sincretismo religioso imposto à África pelos países colonizadores é uma das chaves para a interpretação, ao considerarmos que reflete a complexa interação cultural entre as crenças. Na busca por respostas às suas preces, a personagem cita o vislumbre de uma *Imagem*:

Qualquer um podia torcer o que Ele [Jesus] dizia do modo que conviesse à própria interpretação. Então ela voltou a ver a *Imagem*. Tudo ficaria bem, a *Imagem* estava sorrindo, de modo que Adah enterrou o dinheiro e voltou para casa sem a carne (Emecheta, 2018, p. 32).

Segundo Mbembe (2013), o Cristianismo, por meio de uma política de poder caracterizada pela força e pela violência simbólica, buscou implementar a ideia de uma universalidade cristã, com vistas a subordinar as sociedades africanas, bem como suas formas culturais e religiosas, ao modelo de um Deus revelado (p. 40-44). Ao transpormos o contexto histórico para a análise literária, assim como a manifestação da *Presença* na obra, a *Imagem* é marcada estilisticamente com maiúsculas no instrumentalário linguístico e também nos direciona para a ideia de uma personificação ancestral. Embora o povo igbo tenha sido violentamente convertido ao cristianismo durante todo o período colonial, muitos elementos das tradições espirituais foram incorporados à nova fé e as religiões tradicionais foram ressignificadas no contexto cristão. Adah chama pelo Deus estrangeiro, mas quando ele não se mostra idôneo, a *Imagem*, um conceito de divindade local, vem ao seu encontro.

Ademais, o conceito de hibridismo religioso não é incomum nos escritos africanos pós-coloniais. No conto “O ovo sacrificial” (1962), de Chinua Achebe, Ma representa uma mulher igbo a qual, embora convertida ao cristianismo, acredita que uma epidemia de varíola enfrentada por sua vila é consequência da maldição lançada pela deusa igbo da terra, Kit Kpa. De modo semelhante, durante a partida de Francis para o Reino Unido, pedidos e oferendas a deusa do rio Oboshi, Ogbuide³⁰, são feitos por sua família, mesmo convertida ao catolicismo, para que seja aprovado nos exames e abençoado com todo o dinheiro que a Inglaterra pudesse oferecer. Adah, por sua vez, questiona como Oboshi poderia sair da Nigéria para acompanhá-los, de modo a evidenciar que sua crença não é apenas híbrida, mas culturalmente centralizada:

Mas o fato de Adah ser cristã complicava ainda mais as coisas. Por acaso o Deus dos cristãos, no qual Adah acreditava, não dissera a Moisés em alguma ocasião que era um Deus ciumento punindo “a iniquidade dos pais sobre os filhos até a terceira e quarta geração dos que me odeiam”? Aquele Deus os odiaria por mascar aqueles pedaços de noz-de-cola, disse Adah estava segura. Nada aliviava sua consciência culpada; nem mesmo o fato de que fora sua sogra, católica devota, quem comprara a noz-de-cola, nem o fato de que ela própria, a sogra, estava mascando, na maior felicidade. Adah olhou para Francis, que toda sexta-feira andava para baixo e para cima com a Bíblia, lendo para as pessoas as “boas novas do reino” numa revistinha vagabunda chamada A Sentinela. Bom, com a sogra não haveria problema: ela iria correndo falar com o padre, que morava logo virando a esquina da igreja de São Paulo, e confessaria tudo a ele. O padre lhe daria pronta absolvição [...] Quanto a Francis, esse virava Testemunha de Jeová sempre que lhe dava na veneta ou quando estava atrás de uma desculpa para ser egoísta (Emecheta, 2018, p. 43).

Na narrativa, inúmeros elementos sincréticos são comumente percebidos, como o uso frequente de provérbios bíblicos e a incorporação de crenças cristãs às lendas e os mitos africanos, como a ideia de que Ogbuide estava se adaptando aos tempos modernos porque os homens de Ibuza agora se casavam com mulheres inglesas sem que fossem tomados pela lepra (p. 23). A culpa sentida pela personagem ao mascar a noz-de-cola ofertada aos deuses – uma crença de seu povo, demonstra como os colonizados, ao longo de séculos, são condicionados a internalizar os olhares e conceitos impostos à própria cultura pelo colonizador, quase

³⁰ Acredita-se que ela possui poderes tanto de criação quanto de destruição, refletindo a natureza dupla da água como fonte de vida e potencial destrutivo.

sempre alheios às suas identidades culturais. Por isso, a chegada da família Obi ao Reino Unido apenas intensifica um processo já muito bem encaminhado.

A partir da análise literária, compreendemos a *Presença* e a *Imagem* como uma única entidade, as quais manifestam a dupla consciência de Adah, à semelhança do chi. Durante seus primeiros anos na Inglaterra, afastada de seu povo, de suas tradições e imersa em tragédias pessoais, sua chi é enfraquecida, impedindo a materialização da *Presença* na percepção daquilo que o discurso racional não explica. No entanto, ao se reconectar consigo mesma, a entidade volta a se manifestar por meio da transformação de sua realidade, oportunizada por meio da escrita.

O ressurgimento da *Presença* na narrativa representa o pináculo que floresce o ato de escrita. Com a recuperação de sua autoconfiança e tomada pela certeza de que um dia escreveria um livro, escrever surge para Adah como uma salvação, um caminho para encontrar beleza e propósito nos dias mais difíceis. Hélène Cixous (1994), sobre a escrita feminina, nos diz:

Eu falarei da escrita feminina: do que ela fará. É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher, e que faça as mulheres virem à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto o foram de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, com o mesmo objetivo mortal. É preciso que a mulher se coloque no texto – como no mundo, na história –, por seu próprio movimento (Cixous, 1994, p.41).

Tradicionalmente, a escrita feminina se torna uma forma poderosa de expressão e transformação em um contexto no qual as mulheres têm sido secularmente silenciadas, especialmente aquelas inseridas em espaços de marginalização, afastadas tanto da palavra quanto do controle sobre seus corpos. Desse modo, escrever se torna uma forma de afirmação e *Presença* ativa no mundo e na história. Ao conectarmos escrita e ancestralidade, percebemos que por meio de uma prática que valoriza o legado histórico e cultural das tradições, a escrita de Adah em *Dote de Esposa* não se limita ao passado, e sim o integra à vivência presente, mostrando como as experiências que vão da infância à vida adulta moldam sua produção literária. Por isso, rabiscar as primeiras páginas do romance traz uma *nova consciência*. No capítulo "O fascínio da vala", a personagem descreve a existência de um impulso que a guiava enquanto escrevia, semelhante a uma voz

interna que a encorajava com palavras como “escreva; vá em frente, você sabe escrever” (Emecheta, 2028, p. 239). Esse impulso, que a direciona a escrever, parece refletir as novas manifestações da *Presença*, a partir das quais Adah se percebe novamente fortalecida ao longo do nascimento de seu primeiro livro, tido por ela como uma criação que se assemelha à criação de um filho.

Por conseguinte, escrever se mostra como um canal que reconfigura a existência da personagem. A escrita de um romance em sua quarta língua, um romance que trouxe consigo diversos elogios feitos por seus colegas de trabalho, fez com que ela se sentisse cada vez mais capacitada para seguir os seus sonhos e próxima da realização do maior dentre todos eles: se tornar escritora antes dos 40 anos:

Ela sempre sonhara em se tornar escritora, mas havia dito a si mesma que os escritores sabiam tanto que, antes de fazer sua primeira tentativa de reunir seu conhecimento em um livro, ela teria pelo menos quarenta anos. Mas agora ela tinha escrito *The bride price*, como brincadeira a princípio, mas percebendo que ela estava séria enquanto escrevia. Agora, alguns de seus amigos haviam lido e disseram que estava bom (Emecheta, 2018, p. 241).

A ramificação de todas essas benesses também a levou à coragem necessária para que pudesse deixar Francis e se distanciar das inúmeras violências vividas ao seu lado, isso porque a autonomia conquistada pela *Presença* da escrita é percebida como um ato de sobrevivência e autoconhecimento para a para Adah. Gloria Anzaldúa (2000), ao refletir sobre o motivo pelo qual escreve:

Por que sou levada a escrever? [...] Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá [...] Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia (Anzaldúa, 2000, p. 223)

Podemos inferir que Anzaldúa manifesta a sua escrita como uma alternativa contra a complacência e o medo da passividade, destacando a necessidade visceral de se expressar. Outrossim, escrever surge para Adah como um meio de dar sentido ao caos e preencher as lacunas deixadas pelo mundo real, já que a escrita, em meio a tantos infortúnios vividos pela personagem, atua como uma ferramenta de

ordenação em seu próprio mundo, algo que oferece controle e compreensão em meio às incertezas. Ao se tornar escritora e desenvolver o seu primeiro romance, Adah desafia o desligamento de sua voz e faz disso um ato político e pessoal de reafirmação da identidade, preservação da memória e resistência. Por isso, em *Cidadã de Segunda Classe* compreendemos que a escrita é *Presença* e oportuniza a promoção de autodescoberta, autonomia e fortalecimento pessoal à Adah, território simbólico de resistência e emancipação. Assim, a manifestação da *Presença* para Adah materializa a demarcação de sua própria *Presença* no mundo, necessária para manter a sua *cabeça fora d'água*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre a *Presença* da escrita na obra *Cidadã de Segunda Classe*, uma figura que, embora se manifeste de forma onírica e abstrata no Ocidente, encontra-se profundamente enraizada nas tradições culturais africanas³¹. Sob essa perspectiva, investigamos os efeitos da diáspora na trajetória de Adah Obi, da Nigéria ao Reino Unido, configurando-se um terreno fértil para discutir as múltiplas violências inerentes à experiência migratória no contexto pós-colonial. Simultaneamente, evidenciamos a escrita como ferramenta de resistência e emancipação ancestral, especialmente frente aos marcadores sociais de raça, gênero, classe e migração.

Nos primeiros capítulos, destacamos os impactos do processo de colonização da Nigéria pela Grã-Bretanha, iniciado no século XIX e estendido ao século XX, com ênfase na perspectiva do povo igbo. Esse processo resultou na exploração do território, na desumanização dos povos e na construção de uma narrativa única no Ocidente sobre o continente africano, frequentemente associada à miséria e à fome em discursos históricos e literários. Por isso, buscamos investigar os vestígios históricos do colonialismo, que desestruturou as comunidades, reprimiu identidades nacionais e acirrou conflitos em torno de terras, poder e riquezas, ao passo que os colonizadores europeus se beneficiaram das matérias-primas africanas.

Além disso, os rastros coloniais, aliados às imposições do patriarcalismo tribal na Nigéria pós-colonial, perpetuaram e intensificaram a subjugação das mulheres nigerianas ao longo dos séculos. Nesse contexto, Adah, desde seu nascimento, esteve imersa nos mais diversos cerceamentos culturais em razão de seu gênero. Ainda assim, iniciou um enfrentamento às limitações ao decidir frequentar a escola contra a vontade de seus parentes. Essa decisão, à época, rompia com as expectativas impostas às mulheres, e as implicações do acesso à educação impactaram profundamente a forma como Adah concebia a si mesma. Seu casamento, por exemplo, foi menos uma escolha pessoal e mais uma estratégia para garantir um lugar onde pudesse concluir o curso de biblioteconomia sem ser alvo de julgamentos ou violências.

³¹ O *chi*, uma força espiritual pessoal, a qual se aproxima de um guardião ou espírito-guia, associado ao destino e à conduta do indivíduo.

O segundo grande ato narrado em *Cidadã de Segunda Classe* ocorre com a jornada de Adah ao Reino Unido. Seu passado, marcado por adversidades, torna-se um valioso combustível para sustentar o desejo pelo acesso à educação universitária. Essa aspiração, moldada por uma assimilação cultural eurocêntrica, leva-a a vislumbrar e planejar sua ida ao Reino Unido. Apesar de se sentir em desamparo, Adah é acompanhada pela manifestação da *Presença* em todos os seus passos, uma guia-ativa que honra seus sonhos e impulsiona seus desejos: desde a busca por melhores condições sociais e a criação de seus filhos até a escrita de *Dote de Esposa*.

Na narrativa, a *Presença* atua como um personagem, estabelecendo uma comunicação coerente com a protagonista. Essa construção pode ser entendida à luz de Antonio Candido (1970), o qual afirma que, em uma narrativa, o que torna algo real ou convincente não é sua fidelidade a fatos ou modelos da vida real, mas sim a forma como o texto é construído. Na Nigéria, a *Presença* constantemente materializa-se, revitalizando a força de Adah nos momentos mais críticos. Contudo, diante das adversidades enfrentadas no Reino Unido, Ela se dissipa e os capítulos seguintes avançam sem quaisquer vestígios dessa manifestação, até o momento em que, após Adah experimentar um estado de deslumbramento há muito adormecido, é sentida mais uma vez, restaurando seu vigor e propósito.

Respaldados pelo conceito de realismo animista – o qual consideramos o mais adequado para abordar culturas africanas –, identificamos três manifestações oníricas em *Cidadã de Segunda Classe*: a *Presença*, o sonho e a *Imagem*. Harry Garuba (2012) define o realismo animista como uma forma de perceber a vida que transcende os dualismos modernos, reconhecendo que nem tudo está rigidamente ligado ao bem ou ao mal. Da mesma forma, para Pepetela (1997), essa concepção literária busca romper as fronteiras entre o onírico e o real. Desse modo, entendemos que Buchi Emecheta realiza esse rompimento ao integrar, de forma orgânica, acontecimentos inusitados e insólitos às experiências cotidianas em suas obras.

Em *Cidadã de Segunda Classe*, tanto a *Presença* quanto a *Imagem* são marcadas estilisticamente pelo uso de maiúsculas, reforçando a ideia de uma personificação ancestral. A análise literária da narrativa nos permitiu compreender a *Presença*, o sonho e a *Imagem* como aspectos de uma mesma entidade, que refletem a dupla consciência de Adah, análoga ao conceito de *chi*. O sonho,

apresentado como o principal motor para a manifestação da *Presença*, recorre diretamente ao imaginário, integrando o universo simbólico ao enredo e reforçando sua dimensão ancestral e transformadora.

Por conseguinte, o ressurgimento da *Presença* na obra nos leva ao ápice do ato de escrita. Com a recuperação de sua autoconfiança e a certeza de que um dia escreveria um livro, a escrita surge para Adah como um caminho à salvação, meio pelo qual torna-se possível encontrar beleza e propósito nos dias mais difíceis. Os resultados desta pesquisa apontam para que a escrita, personificada pela *Presença*, atua como fio condutor para o reencontro de Adah com seus vínculos ancestrais e identitários. Nesse processo, a protagonista ressignifica as violências sofridas, transformando sua experiência em uma plataforma de subversão das estruturas de opressão. Por isso, mantemos a perspectiva de que a escrita é *Presença*, uma vez que promove autodescoberta, autonomia e fortalecimento pessoal.

Em *Cidadã de Segunda Classe*, a obra de Buchi Emecheta evidencia não apenas o impacto das políticas anti-imigratórias no Reino Unido da década de 1960, mas também apresenta uma crítica contundente ao sistema de dominação masculina que permeia tanto o espaço privado quanto o público. Além disso, ao explorar as relações entre escrita, memória e identidade, este estudo confirma a importância de uma abordagem pós-colonial interdisciplinar, dialogando com referenciais teóricos das Ciências Sociais e da Sociologia Política, os quais nos permitiram uma análise profunda das estruturas de poder na narrativa e da agência feminina na busca por emancipação.

Por fim, evidenciamos as estratégias narrativas utilizadas por Buchi Emecheta para promover reflexividade e espelhamento crítico, como o uso das narrativas encaixadas e da *mise en abyme*. Embora trate de elementos psicossociais e socioculturais, *Cidadã de Segunda Classe* é, acima de tudo, uma obra sobre o papel da escrita na construção da identidade, na qual a autora articula deliberadamente elementos ficcionais e experiências pessoais. Assim, a manifestação da *Presença*, para Adah, acima de tudo, representa a demarcação de sua existência no mundo, essencial para que ela se mantenha com a sua *cabeça fora d'água*.

REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico**: ensaios. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. Tradução: Vera Queiroz da Costa e Silva. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

ACHEBE, Chinua. **O ovo sacrificial e outros contos**. Onitsha: Etudo Limited, 1962. p. 9-15.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. 2009. Palestra TED. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=en&lng=pt-br&geo=pt-br. Acesso em: 10 dez. 2024.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Meio sol amarelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Tradução de Édna de Marco. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229- 236, 2000.

ASHCROFT, Bill. **Post-Colonial Transformation**. London: Routledge, 2001.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. *Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence*. *Feminist Africa*, Issue 2, 2003.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BERND, Zilá. **Negritude e Literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BONNICI, T. **O pós-colonialismo e a literatura**: estratégias de leitura. Maringá: Eduem, 2012.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech**. A Politics of the Performative. New York: Routledge, 1997.

CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. **A personagem de ficção**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

CHAGAS, Silvania Núbia. Instinto de sobrevivência: o feminismo negro em Cidadã de Segunda Classe, de Buchi Emecheta. **Scripta Uniandrade**, v. 19, n. 2, p. 15-36, 2021. Curitiba.

CHAUDHRY, S. Z. **African women writers and the politics of gender**. 2014. 261 f. Tese Doutorado. University of Glasgow, Glasgow, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CÔRTEZ, G. K. A.; ANDRADE, E. C. Buchi emecheta: a força em sua obra memorialística. Universidade Estadual de Goiás, 2020, v.1, **Anais do Simpósio Internacional de Língua, Literatura e Interculturalidade**. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/sielli/article/view/14249>.

DALLENBACH, Lucien. Intertexto e autotexto. **Intertextualidades**. Tradução de Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979, p. 51-76.

DOUBROVSKY, Serge. Fils. **Paris**: Galilée, 1977.

EKWE-EKWE, H. O Estado nigeriano, o genocídio Igbo e o Africom. **Tensões Mundiais**, [S. l.], 2018, v. 7, n. 13, p. 137–154.

EMECHETA, Buchi. **As Alegrias da Maternidade**. Porto Alegre Dublinense, 2018.

EMECHETA, Buchi. **Cidadã de Segunda Classe**. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

EMECHETA, Buchi. **No fundo do Poço**. Porto Alegre, Dublinense, 2019.

EMECHETA, Buchi. **Cabeça d'Água**. Porto Alegre: Dublinense, 2024.

EVARISTO, C. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. **A History of Nigeria**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Mulheres ao espelho**: autobiografia, ficção, autoficção. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

FORTES, Isabel. Marguerite Duras e a escritura do feminino. **Psychê**, vol. XI, n.21, Jul-dez, 2007, p.161-174. Universidade São Marcos: São Paulo, Brasil.

FORSYTH, Frederick. **A História de Biafra**: O Nascimento de um Mito Africano. Rio de Janeiro: Record, 1977 [1969].

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIEDMAN, Susan. "Bodies on the Move: a Poetics of Home and Diaspora". **Tulsa Studies in Women's Literature**. 23.2 (2006), p. 189-212.

GARUBA, Harry. Explorações no realismo animista: notas sobre a leitura e a escrita da literatura, cultura e sociedade africana. Tradução de Elisângela da Silva Tarouco. **NonadaLetras em Revista**. Porto Alegre, ano 15, n. 19, p. 235- 256, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2020.

GUNEW, Sneja. Serial Accommodations: Diasporic Women's Writing. **Canadian Literature**, Vancouver, 2008, n. 196, p. 6-15.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2005.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. A margem como um espaço de abertura radical. *In*. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** Entrevista com René Holenstein/Joseph Ki-Zerbo; tradução Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2006.

L'ARBRE Sans Fruit. Direção de Aïcha Macky. **Nigéria**. Les Films du Balibari, Maggia Images sarl. 2016. (52 min.)

LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1975.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. 2014.

MARTINS, W. R. de M. O.; MARTINS, S. R. O. Nem só útero, nem só sexo: o corpo e a condição feminina na literatura de Buchi Emecheta. **Afro-Ásia**, Salvador, 2021, n. 64, p. 400–430.

MBEMBE, Achille. Arte & Ensaios. **Revista do ppgav/eba/UFRJ**, 2016, nº 32, p. 123-151.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, 2016.

MBEMBE, Achille. **África Insubmissa: Cristianismo, poder e Estado na Sociedade Pós-colonial**. Luanda: Edições Mulembo, 2013.

MEMMI, Albert. **The Colonizer and the Colonized**. Boston: Beacon Press, 1965.

MUDIMBE, Valentin.Y. **A ideia de África. Luanda:** Pedago/Mulemba, 2013.

NWAPA, Flora. **Efuru.** London: Heinemann Educational Books, 1966.

NZEGWU, Nkiru. Gender Equality in a Dual-Sex System: The Case of Onitsha. **JENDA: A Journal of Culture and African Women Studies**, 2001,[s.l.], v. 1, n. 1.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OGUNDIPE-LESLIE, Molar. **Women in Nigeria today.** London: Zed Books, 1985.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

OPOKU, Kofi Asare. A religião na África durante a época colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 591-624.

PEPETELA. **Lueji:** o nascimento de um império. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta.** Tradução de Pedro Sússekind. São Paulo: Planeta, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** Trad. Moysés Baumstein. São Paulo: Perspectiva, 1969.

VARJÃO, Geyvson Cardoso; MENDONÇA, Fernando de. A construção narrativa em abismo, em O lobo da estepe. **A Palo Seco – Escritos de Filosofia e Literatura**, São Cristóvão-SE: GeFeLit, n. 13, p. 119–129, 2021.

WALKER, Alice. **A Cor Púrpura.** 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

WALTER, Roland. O Espaço Literário da Diáspora Africana: Reflexões Teóricas. 2011, **A Cor das Letras**, 12(1), 9-34, UEFS. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1483>. Acesso em: 03 de dezembro de 2024.